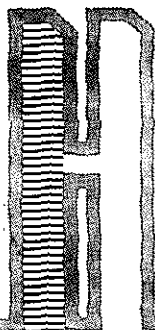




DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLVIII — Nº 134

QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 163ª SESSÃO, EM 18 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Ns 282 a 288/93 (ns 506 a 512/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Avisos de Ministros de Estado

— Nº 259/93, de 17 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 521, de 1993, de autoria do Senador José Paulo Bisol.

— Nº 623/93, de 13 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 422, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

1.2.3 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1993 (nº 81, de 1991, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1988, de Cz\$1.543.000.000.000,00 (um trilhão, quinhentos e quarenta e três bilhões de cruzados). (Redação final)

— Projeto de Resolução nº 49, de 1993, que autoriza a contratação de operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, junto à IBM do Brasil Leasing Ltda., destinada à substituição parcial de equipamentos em seu Centro de Processamento de Dados. (Redação final.)

1.2.4 — Requerimentos

— Nº 769/93, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1993 (nº 3.602/93, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária".

— Nº 770/93, de urgência, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1993, que "dá nova redação ao art. 4º do Decreto Legislativo nº 92, de 1992.

1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 289, de 1993 (nº 502/93, na origem), de 16 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1992 (nº 2.907/92, na origem), que extingue a fração do cruzeiro, denominada centavo, e dá outras providências.

— Recebimento do Ofício nº S/82 (nº 89/93, na origem), de 9 do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 136215-8/210.

— Recebimento dos Ofícios ns S/83 e S/84, de 1993 (ns 1.913 e 1.914/93 na origem), respectivamente, do Banco Central do Brasil, solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que as Prefeituras Municipais de Içara — SC, e de São Paulo — SP, possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

— Recebimento da Mensagem nº 281, de 1993 (nº 504/93, na origem), de 16 do corrente, através do qual o Presidente da República comunica a participação de observadores militares brasileiros desarmados e de uma equipe médica na recém-criada Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda e Ruanda.

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezenove horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1992 (nº 23/91, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda no valor de um

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES****Director-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MATA****Director Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Director Administrativo****LUIZ CARLOS BASTOS****Director Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Director Adjunto****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL***Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal***ASSINATURAS**

Sessuras: Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

bilhão e duzentos milhões de cruzados novos. Aprovada. À promulgação.

1.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimentos n°s 769 e 770/93, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA JÚNIA MARISE — Gastos e falta de conclusão de obras iniciadas em Governos passados.

SENADOR RONAN TITO — Viabilidade do escoamento da safra agrícola do Centro-Oeste pelo porto do Espírito Santo. Análises sobre o momento brasileiro.

SENADOR JOÃO FRANÇA — Apelo em favor da aprovação de projeto de lei de iniciativa de S. Ex^a, que institui a Superintendência das Áreas de Livre Comércio de Acaraíma e Bonfim.

SENADOR IRAM SARAIVA — Importância do **Jornal Visual**, apresentado pela TV Nacional de Brasília, para deficientes auditivos.

SENADOR ODACIR SOARES — Artigo de autoria do Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, sob o título "Fim da Impunidade". Menção de louvor conferida a S. Ex^a pela Câmara Municipal de Guajará-Mirim, e reivindicações daquela municipalidade que menciona.

1.4 — ENCERRAMENTO**2 — ATA DA 164ª SESSÃO, EM 18 DE AGOSTO DE 1993****2.1 — ABERTURA****2.2 — EXPEDIENTE****2.2.1 — Discursos do Expediente**

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Pedido de exoneração feito pelo Ministro da Saúde, Deputado Jamil Haddad.

SENADOR NEY MARANHÃO — Transcrição, nos Anais do Senado, de nota publicada no **Diário de Pernambuco**, intitulada **CPI da Câmara dos Deputados inocenta Jarbas Vasconcelos do esquema PC**.

2.3 — ORDEM DO DIA

Continuação da discussão do Projeto de Lei da Câmara n° 156/92 (n° 1.670/89, na Casa de origem), que dispõe

sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 243 e 268/91, 6 e 130/92 Retirado da pauta.

Projeto de Lei do Senado n° 243/91, que altera dispositivos da Lei n° 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 156/92, e Projetos de Lei do Senado n°s 268/91, 6 e 130/92). **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado n° 268/91, que revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei n° 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos), que dispõem sobre perda do mandato por infidelidade partidária. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 156/92, e Projetos de Lei do Senado n°s 243/91, 6 e 130/92). **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado n° 6/92, que introduz alterações na legislação eleitoral, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 156/92, e Projetos de Lei do Senado n°s 243 e 268/91, e 130/92). **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado n° 130/92, que dispõe sobre o financiamento dos Partidos Políticos, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 156/92, e Projetos de Lei do Senado n°s 243 e 268/91, e 6/92). **Retirado da pauta.**

Proposta de Emenda à Constituição n° 23/91 (n° 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal.

Em fase de discussão em segundo turno (1ª sessão).

2.3.1 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 12 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO**3 — MESA DIRETORA****4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 163ª Sessão, em 18 de agosto de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Afonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Álvaro Pacheco _ Antonio Mariz _ Aureo Mello _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos De'Carli _ Carlos Antonio Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Eduardo Suplicy _ Elcio Alvares _ Eptácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irupuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lacerda _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Mauro Benevides _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Odacir Soares _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicações:

Nº 282, de 1993 (nº 506/93, na origem), de 16 do corrente, referente ao Ofício nº 568 de 9 de agosto de 1993;

Nº 283 a 288/93, (nº 507 a 512/93, na origem), de 16 do corrente, referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nº 163, 162, 159, 157, e 158, de 1993, respectivamente, e CN nº 30, 25 a 29, de 1993.

AVISO DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Nº 259/93, de 17 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 521, de 1993, de autoria do Senador José Paulo Bisol.

AS INFORMAÇÕES FORAM ENCAMINHADAS, EM ORIGINAIS, AO REQUERENTE. O REQUERIMENTO VAI AO ARQUIVO.

AVISO DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 623/93, de 13 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 422, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

AS INFORMAÇÕES FORAM ENCAMINHADAS, EM ORIGINAIS, AO REQUERENTE. O REQUERIMENTO VAI AO ARQUIVO.

PARECERES

PARECER Nº 276 DE 1993

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1993 (nº 81, de 1991, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3 de 1993 (nº 81, de 1991, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1988, de CZ\$1.543.000.000.000,00 (um trilhão, quinhentos e quarenta e três bilhões de cruzados).

Sala de Reunião da Comissão, 18 de agosto de 1993.
— Carlos Patrocínio — Presidente, Beni Veras — Relator,
— Nabor Júnior — Júnia Marise.

ANEXO AO PARECER Nº 276, DE 1993

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1993 (nº 81, de 1991, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1993

Homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1988, no valor de CZ\$1.54.000.000.000,00 (um trilhão, quinhentos e quarenta e três bilhões de cruzados).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1988, no valor de CZ\$1.543.000.000.000,00 (um trilhão quinhentos e quarenta e três bilhões de cruzados).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 277, DE 1993

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1993.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1993, que autoriza a contratação de operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, junto a IBM do Brasil Leasing Ltda, destinada à substituição parcial de equipamentos em seu Centro de Processamento de Dados.

Sala de Reunião da Comissão, 18 de agosto de agosto de 1993. — **Carlos Patrocínio** Presidente — **Beni Veras** Relator — **Nabor Júnior** — **Júnia Marise**.

ANEXO AO PARECER Nº 277, DE 1993

Redação final do Projeto de Resolução nº 49, de 1993

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº . DE 1993

Autoriza a contratação de operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER, junto a IBM do Brasil Leasing, destinada à substituição parcial de equipamentos em seu Centro de Processamento de Dados.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER — autorizada a contratar operação de arrendamento mercantil, sem aval da União, junto à IBM do Brasil Leasing Ltda, destinada à substituição parcial de equipamentos em seu Centro de Processamento de Dados.

Parágrafo único. O contrato de arrendamento mercantil a que se refere o **caput** deste artigo será realizado nas seguintes condições e características:

a) o valor da operação: será da ordem de Cr\$26.983.000,00 (vinte e seis bilhões e novecentos e oitenta e três milhões de cruzeiros);

b) O objetivo da operação: é o de substituir parcialmente equipamentos em seu Centro de Processo de Dados;

c) as condições financeiras básicas da operação: são aquelas constantes nas ordens de compra nº 92136001 e 921335501, anexadas à Mensagem nº 122, de 1993.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 769, DE 1993

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, " ", do Regimento Interno, para Projeto de Lei da Câmara do nº 109,

de 1993 (nº 3.602/93, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 1993. — **Juthay Magalhães** — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Marco Maciel** — **Magno Bacelar**.

REQUERIMENTO Nº 770, DE 1993

Senhor Presidente, requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1993, que dá nova redação, ao art. 4º de Decreto Legislativo nº 92, de 1992.

Sala das Sessões, 18-8-93. — **Juthay Magalhães** — **Cid Sabóia de Carvalho** — **Marco Maciel** — **Magno Bacelar**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Estes requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 289, de 1993 (nº 502/93, na origem), de 16 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1992 (nº 2.907/92, na origem), que extingue a fração do cruzeiro, denominada centavo, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/82, de 1993 (nº 89/93, na origem), de 9 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 136215-8/210.

O expediente será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios nºs S/83 e S/84, de 1993, (nºs 1.913 e 1.914/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que as Prefeituras Municipais de Içara — SC, e de São Paulo — SP, possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 281, de 1993 (nº 504/93, na origem), de 16 do corrente, através da qual o Presidente da República comunica a participação de observadores militares brasileiros desarmados e de uma equipe médica na recém-criada Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda e Ruanda.

A matéria será despachada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para conhecimento.

É a seguinte a Mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 281, DE 1993 (Nº 504/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal.

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em março último, a Resolução 812 (cópia anexa), que, entre outras iniciativas, cria a Missão de Observação da ONU em Ruanda

e Uganda (UNOMUR), a fim de contribuir com os esforços que vêm sendo empreendidos pela Organização da Unidade Africana e pelo Governo da Tanzânia para cessar a guerra civil em Ruanda.

2. Em cumprimento à Resolução nº 812, do Secretário-Geral das Nações Unidas, por intermédio dos setores competentes do Secretariado, vem mantendo consultas em vários Estados-Membros para identificar países que estejam em condições de participar da UNOMUR. Foi solicitada ao Brasil a cessão de dez observadores militares desarmados e de uma equipe médica militar. O Estado-Maior das Forças Armadas, posto a par do assunto, manifestou estar capacitado a atender o pedido formulado. As despesas de transporte e diárias dos observadores e médicos brasileiros caberão às Nações Unidas.

3. O mandato da UNOMUR será, num primeiro momento, de monitorar o transporte de armas e outros equipamentos de uso ofensivo entre Ruanda e Uganda e, à luz da implementação do Acordo de Arusha, assumir outras responsabilidades vinculadas ao processo de pacificação política em Ruanda. O Conselho de Segurança terá sempre de ser ouvido a expansão das atividades da UNOMUR.

4. Embora não tenha participado diretamente da fase de aproximação concreta entre as partes em litígio, o Brasil mantém atuação política de exortação contínua à paz, sobretudo, nas discussões havidas no Conselho de Segurança a respeito daquele país, nos termos da letra e do espírito do art. 4, numerais VI e VII, da Constituição Federal. Nesse sentido, estou autorizando o envio do contingente solicitado. Com tal gesto, evidencia-se, uma vez mais, a determinação do Governo brasileiro em prestigiar a ação das Nações Unidas na solução dos conflitos regionais.

5. A presente comunicação enquadra-se na minha determinação de manter Vossas Excelências permanentemente informados sobre as principais medidas que venho tomando, em matéria de relações internacionais, para que haja ampla coordenação entre os Poderes Executivo e Legislativo, nesse campo, em benefício da execução eficiente da política externa brasileira.

Brasília, 16 de agosto de 1993. — **Itamar Franco.**

RESOLUCION 812 (1993)

Aprobada por el Consejo de Seguridad en su 3183a. celebrada el 12 de marzo de 1993

El Consejo de Seguridad,

Tomando nota de la solicitud formulada en la carta del Encargado de Negocios interino de Rwanda de fecha 4 de marzo de 1993 (s/25363),

Tomando nota asimismo de las cartas del Representante Permanente de Rwanda (s/25355) y del Representante Permanente de Uganda (s/25356), de 22 de febrero de 1993, en que los Gobiernos de los dos países piden que se despliegan observadores de las Naciones Unidas a lo largo de la frontera entre ellos,

Profundamente preocupado por los combates que tienen lugar en Rwanda y sus consecuencias para la paz y la seguridad internacionales,

Alarmado por las consecuencias para el ser humano de la reanudación más reciente e los combates en Rwanda, particularmente por el número cada vez mayor de refugiados y de personas desplazadas y las amenazas a la población civil,

Insistiendo en la necesidad de una solución política negociada, en el marco de los acuerdos firmados por las partes en Arusha, a fin de poner término al conflicto en Rwanda,

Rindiendo homenaje a la Organización de la Unidad Africana (OUA) por sus gestiones para promover esa solución política,

Tomando nota de las declaraciones formuladas por el Gobierno de Rwanda y por el Frente Patriótico Rwandés (s/25363, anexos II y III), según las cuales las fuerzas armadas de Rwanda permanecerían en sus posiciones actuales, el ejército del Frente Patriótico volvería a las posiciones que ocupada antes del 7 de febrero de 1993 y la zona entre las partes sería considerada zona desmilitarizada neutral y utilizada para la vigilancia del cumplimiento de la cesación del fuego por una fuerza internacional,

Acogiendo complacido el comunicado conjunto dado a conocer en Dar-es-Salam el 7 de marzo de 1993 por el Gobierno de Rwanda y el Frente Patriótico Rwandés, concierne en particular a las modalidades de la cesación del fuego, que se haría efectiva el 9 de marzo de 1993, y la situación de las personas desplazadas (s/25385),

Acogiendo complacido la decisión del Secretario General de enviar una misión de buena voluntad a la región y habiendo escuchado un primer uniforme oral sobre la misión,

Decidido a que las Naciones Unidas, en consulta con la OUA y en apoyo de sus gestiones actuales, consideren cómo podrían contribuir al proceso de un arreglo político en Rwanda, en particular impidiendo la reanudación de los combates y vigilando la cesación del fuego,

1. Insta al Gobierno de Rwanda y al Frente Patriótico Rwandés a que respeten la cesación del fuego, que entró en vigor el 9 de marzo de 1993, permitan la entrega de suministros humanitarios y el retorno de las personas desplazadas, cumplan las obligaciones que han aceptado en los acuerdos que firmaron y lleven a la práctica los compromisos que han contraído en las declaraciones y el comunicado conjunto mencionados;

2. Invita al Secretario General a que, en consulta con la OUA, examine la contribución que las Naciones Unidas, apoyando los esfuerzos de la OUA, podrían aportar al fornecimiento del proceso de paz en Rwanda, particularmente con el posible establecimiento de una fuerza internacional bajo la égida de la OUA y de las Naciones Unidas, a la que se confiaría, entre otras cosas, la protección de la población civil y, la prestación de asistencia humanitaria, y el apoyo de la fuerza de la OUA para la observación del cese del fuego, y le presente con la mayor urgencia un informe al respecto;

3. Invita asimismo al Secretario General que examine la solicitud de Rwanda y Uganda de que se desplieguen observadores en la frontera entre los dos países;

4. Expresa que está dispuesto a examinar sin demora las recomendaciones que formule el Secretario General a este respecto;

5. Invita al Secretario General a que coordine estrechamente sus gestiones con las de la OUA;

6. Insta al Gobierno de Rwanda y al Frente Patriótico Rwandés a que cooperen plenamente con los esfuerzos de las Naciones Unidas y de la OUA;

7. Exhorta al Gobierno de Rwanda y al Frente Patriótico Rwandés a que reanuden las negociaciones el 15 de marzo de 1993, conforme a lo convenido, a fin de resolver las cuestiones pendientes con miras a firmar un acuerdo de paz a más tardar a comienzos de abril de 1993;

8. Insta a ambas partes a respetar estrictamente las normas del derecho internacional humanitario;

9. Exhorta a todos los Estados a que se abstengan de todo acto que pueda aumentar la tenesión en Rwanda y poner en peligro el cumplimiento de la cesación del fuego;

10. Decide seguir ocupándose activamente de la cuestión.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 33, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992 (nº 1.670/89, na Casa de origem), que dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo

— Pareceres sob nºs 500, de 1992, e 173, de 1993, das Comissões

— Diretora, oferecendo a redação do vencido; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 1991

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1991, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei nº 5.682, de 21 de

julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), que dispõe sobre perda do mandato por infidelidade partidária, tendo

— Parecer nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1992, de autoria do Senador Odacir Soares, que introduz alterações na legislação eleitoral, e dá outras providências, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, Do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, e 6 de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o financiamento dos Partidos Políticos, e dá outras providências, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nºs 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 6 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 23, DE 1991

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nºs 24, de 1992; e 171, de 1993, das Comissões

— Temporária, designada para analisar a matéria, favorável; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com Emenda de redação que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

Item 1

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 245, de 1993) do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1992 (nº 23, de 1991, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda no valor de um milhão e duzentos milhões de cruzados novos.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente adotada, nos termos do disposto no art. 324, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1992
(nº 23, de 1991, na Câmara dos Deputados)**

Homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão adicional de papel-moeda no valor de NCz\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzados novos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda, no exercício de 1990, no valor global de NCz\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzados novos), em resposta à solicitação e às razões constantes da Mensagem nº 139 de 21 de fevereiro de 1990, do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Passa-se à apreciação do Requerimento nº 769/93, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1993.

Em votação o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 770/93, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1993.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

A Sra. Júnia Marise — Sr. Presidente, peço a palavra para um assunto urgente e relevante.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra.

A SRA. JÚNIA MARISE (PRN — MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o assunto é relevante, tendo sido objeto de denúncias e matérias divulgadas por toda a imprensa nacional. Foi, inclusive, destaque na revista **ISTOÉ**. São os gastos de governos passados com obras que nunca chegaram a ser completadas. Essas obras, consideradas faraônicas, custaram ao Brasil bilhões de dólares em empréstimos externos.

Algumas dessas obras, por critérios racionais de necessidade e urgência, são, pelo menos, discutíveis. Outras, como as usinas nucleares, podem até mesmo ser consideradas francamente dispensáveis. Muitas delas, contudo, são realmente necessárias e até urgentes, como as obras de saneamento ou de infra-estrutura de transportes. Supérfluas ou não, encontram-se abandonadas em estágios diferentes de concessão. Equipamentos caríssimos, que poderiam funcionar quando terminadas as obras civis, foram adquiridos e entregues sem a conclusão das obras e estão enferrujando em pátios e galpões. Tudo isto acontece como se os milhões de dólares empregados em obras e também em máquinas não representassem o sacrifício de uma Nação pobre, atingida pela miséria, pela fome e pela insalubridade das moradias precárias.

Buscarei destacar aqui os exemplos mais flagrantes desse desperdício dos recursos públicos, a maioria iniciada nos tempos do General-Presidente Ernesto Geisel. Em plena hora de contenção de despesas no mundo todo, no momento em que a alta dos combustíveis fazia os países ricos repensarem suas políticas de gastos públicos, o Brasil se empenhava em gastar, sem nenhum planejamento, o dinheiro que não tinha. Não surpreende que vivamos hoje sob o peso da dívida externa, contratada, em grande parte, naquele tempo. É preciso conhecer os equívocos do passado, não somente para entendermos as causas de nossas dificuldades atuais, mas, principalmente, para não os cometermos no futuro.

O Projeto Jaíba, por exemplo, incluía a construção de uma grande estação de bombeamento de água do rio São Francisco para irrigação de uma vasta área do sertão de Minas Gerais. Planejava-se assentar, nos 100 mil hectares de terra árida, nada menos que 10 mil colonos. Apesar da evidente importância econômica e social de proporcionar, a tantos brasileiros, a terra e a condição para produzir alimentos, a obra ficou parada no meio do caminho. Erros técnicos do projeto original — como o desconhecimento da geologia do maciço, onde se localizaria a estação de bombas — foram encarecendo os custos das fundações da obra e dilatando o prazo para sua conclusão. Em consequência, as empresas que ali investiriam há muito desistiram de seus planos.

A primeira etapa do projeto que foi concluída irriga apenas 5% da área originalmente projetada, e apenas 500 colonos se beneficiam do que seria um megaprojeto. Duzentos e cinquenta milhões de dólares foram consumidos e outros 500 milhões de dólares seriam necessários para concluir as etapas restantes do projeto. Nove mil e quinhentas famílias de sem-terras, bem como milhões de brasileiros famintos, foram abandonados e permanecem até hoje sem perspectiva, sem esperança de ter um palmo de terra para trabalhar e produzir naquela região.

Outro megaprojeto era o SANEGRAN, pelo qual se pretendia resolver, até mesmo para o próximo século, o problema dos esgotos sanitários da Grande São Paulo. O equivalente a nove estádios do Maracanã em concreto jaz hoje entre a Lapa e o Barueri, e 2 bilhões de dólares ainda seriam necessários para dar ao complexo a capacidade de tratamento de

apenas 45% dos dejetos do projeto original. Os equipamentos comprados para o SANEGRAV saíram de linha antes de serem instalados, e os fabricantes nem têm peças de reposição para fornecer. Grande parte dessas máquinas, já obsoletas, ainda permanecem encaixotadas.

Na ACOMINAS, dois laminadores alemães, que custaram aos cofres públicos mais de 1 bilhão de dólares em principal e juros, nunca funcionaram. Um deles sequer foi montado, e o outro não opera porque não há mercado para os perfis pesados para cuja produção foi projetado. Tudo gasto inútil, apenas gasto inútil, endividamento de um País com tantos e tão agudos problemas sociais a resolver!

A Ferrovia do Aço foi outro desses sonhos megalômanos do "Brasil Grande" que se transformaram em pesadelo. Também ali, metal bruto e peças, no valor de 250 milhões de dólares, jazem empilhados na região, retrato vivo de um crime cometido com o dinheiro do povo. São 600 toneladas de cobre puro e 400 de alumínio, além de 35 locomotivas elétricas, que não saíram de seus caixotes originais.

No Programa Nuclear foi enterrada outra fortuna. Em uma das empresas que o compunham, a Nuclebrás Equipamentos Pesados — NUCLEP, concebida para fabricar máquinas para as 8 usinas que seriam construídas no âmbito do Acordo Brasil-Alemanha, foram aplicados 300 milhões de dólares nas obras. Outros 2 bilhões de dólares foram empregados na compra das máquinas, que praticamente não foram descaixotadas. Hoje, a fábrica executa pequenos serviços de usinagem, fazendo, por exemplo, peças para os submarinos da Marinha. Ironicamente, trabalha para quem executou, em paralelo, o único programa nuclear brasileiro que logrou algum resultado no domínio de tecnologia de enriquecimento do urânio.

As usinas nucleares representam a vergonha nacional: Angra I, comprada à Westinghouse, foi um conto do vigário. Montada, nunca funcionou com regularidade, apresentando seguidos problemas. As usinas de Angra II e III são outros exemplos. A primeira tem a sua construção estagnada há mais de 12 anos; Angra III, que nem chegou a ter suas fundações concluídas, não passa de uma cratera inundada, escavada na rocha. Não poderia haver melhor ilustração para o termo "custos afundados", do vocabulário técnico de finanças.

O Plano 90, projeto para a energia elétrica, além das usinas nucleares, incluía várias hidroelétricas. Apenas em quatro delas: Porto Primavera, Rosana, Três Irmãos e Itaipuaçu, previstas para serem construídas no Estado de São Paulo, gastaram-se 8 bilhões de dólares, embora a previsão fosse de 2,5 bilhões de dólares, sendo que nenhuma tenha sido concluída. O equipamento, mais uma vez, foi comprado, entregue e dorme hoje em um depósito da Usina de Ilha Solteira.

No campo da energia, ligado ao PROÁLCOOL, a COALBRA pretendia ser um projeto revolucionário de produção de coque e álcool a partir da madeira. Cinquenta e um milhões de dólares foram simplesmente jogados fora na construção da usina em Uberlândia, que chegou a entrar em funcionamento em 1983, mas se mostrou economicamente inviável.

Em Cajamar, município distante menos de 45 quilômetros de São Paulo, encontra-se a carcaça semi-abandonada de outro exemplo de desperdício do dinheiro público. Trata-se da COPASE, uma fábrica de papel que passou às mãos da União quando da liquidação do Grupo Abdalla. A empresa não pode entrar em listas de estatais privatizáveis porque há uma interminável ação dos antigos donos na Justiça para reinte-

grá-la. Enquanto isso, lá está o Governo pagando seus prejuízos, ou melhor, o povo, desempregado, sem moradia, sem assistência médica, sem escolas, arcando com a irresponsabilidade dos atos praticados pelos governantes.

A Região Nordeste, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que enfrenta diariamente seus problemas com a seca, tem nas barragens e construções abandonadas como que o cemitério de seus males. O Sertão virou, na expressão do repórter Xico Sá, da *Folha de S. Paulo*, um verdadeiro "cemitério de obras abandonadas". A barragem de Umburanas, no município de Santa Maria da Boa Vista, deverá consumir 40 bilhões de dólares de recursos públicos. Não há como negar a urgência da obra: a população local precisa caminhar mais de seis quilômetros para obter água. A obra, contudo, está abandonada e, entre o povo humilde da região, ninguém mais acredita ver concluída, algum dia, a tão sonhada barragem.

Outras vezes, infelizmente não raras, a conclusão de uma obra causa problemas, pelo "esquecimento" de outras obras, complementares, principalmente de alcance social. Assim se deu quando da construção do Lago de Itaipuaçu, em Pernambuco. O projeto incluía o assentamento em áreas irrigadas das famílias residentes na região alagada. Pouco se fez para a concretização deste programa de assentamentos e aquela população agora passa fome.

Num raio de 1.500 quilômetros constata-se nada menos que 11 obras de barragens e de sistemas de abastecimento total ou parcialmente abandonadas pelo Governo. É essa, certamente, a falada "indústria da seca": começar obras que rendem inaugurações e votos, para deixá-las para quem vier depois, quem sabe, concluí-las. É um abuso para com o povo do sertão nordestino, que vive na mais extrema condição de miserabilidade. Em meu Estado, segundo reportagem do jornal *O Estado de Minas*, há 134 obras rodoviárias paralisadas. Cada quilômetro de leito de estrada iniciado e não concluído representa um prejuízo de 30 mil dólares, porque será necessário refazer tudo, porque ficou exposto à intempérie.

O Sr. Gilberto Miranda — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Gilberto Miranda — Senadora Júnia Marise, o País é um cemitério de obras paralisadas, de norte a sul, de leste a oeste. O investimento do setor público é praticamente zero. O que se faz, atualmente, com os poucos recursos que entram? Pagam-se os empreiteiros. E como são pagos? Nós não sabemos. O setor de energia — que tem como titular da Pasta o Sr. Paulino Cícero, que está no cargo há praticamente dez meses — não apresentou projeto algum. Temos em andamento muito lento a construção de usinas, como Porto Primavera, Três Irmãos e Miranda, algumas funcionando com uma, duas ou três turbinas. O Governo não apresentou plano algum para a complementação dessas obras que estão quase paralisadas. Quando se fala em privatização, por que não começar por essas obras não concluídas? Temos oportunidade de assistir, muitas vezes, na televisão, conjuntos e conjuntos habitacionais, centenas de milhares de casas faltando pouca coisa para terminar, e estão com suas obras paradas por falta de recursos. O Governo não faz nada pela população carente de habitação e saúde. Constroem hospitais; algumas pessoas ganham dinheiro, mas não colocam equipamento, pessoal, remédio, e a população continua sem poder usufruir desse benefício. Está na hora dos Ministros do Presidente Itamar apresentarem, cada um em sua área, um plano de recuperação desses bilhões de dólares já investidos nesses setores. Então

que os ministérios do Bem-Estar Social, da Fazenda, das Minas e Energia, e dos Transportes apresentem um plano de recuperação. Até hoje o Ministério dos Transportes não disse ao que veio; apresentou apenas um início de privatização da rodovia que liga São Paulo ao Rio, mas depois das denúncias de edital viciado, voltou atrás; privatização da Ponte Rio-Niterói, parada. Está tudo praticamente parado; os ministros estão parados. Com raríssimas exceções — como é o caso do Ministro Alexandre Costa, que trabalha, que anda pelo Norte, Nordeste, dando suporte à SUDAM, SUDENE, SUFRAMA, PIN/PROTERRA — poucos são os Ministros do Governo Itamar que estão dando seqüência às obras. Que

Presidente da República reúna seus ministros, cobre deles um plano no sentido de minimizar essas perdas, tendo em vista que o País não tem dinheiro, que são poucos os recursos para investimentos novos. No próximo ano, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento, teremos um déficit de 30 a 35 bilhões de dólares. Quando o Ministro da Fazenda assumiu a sua Pasta, o índice de inflação era de 28%; hoje, é de 33%. E S. Ex.^a diz que isso não é nada. Um percentual de 5% para o ministro não é inflação, mas para a nossa população é uma brutalidade. O governo ainda não se conscientizou de que obras paradas custam mais que obras em andamento. Quando se interrompe uma obra, o canteiro é totalmente desativado; depois, tem-se que renegociar com a empreiteira, que cobra taxas brutais em cima disso, e acaba-se concedendo tudo. Está na hora de o Governo Itamar exigir do Ministro de Minas e Energia, do Ministro dos Transportes — que é do nosso partido, do PMDB, e de outros ministros, no que diz respeito às suas áreas, um plano de privatização, de maximização dos poucos recursos que existem, ao invés de só ficarem fazendo pagamentos.

A SRA. JÚNIA MARISE — Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex.^a um aparte? Estou na fila, aguardando, pedindo, suplicando um breve aparte.

A SRA. JÚNIA MARISE — Terei muito prazer em concedê-lo, Senador Ronan Tito, mas, antes, quero manifestar o meu regozijo com o aparte do nobre Senador Gilberto Miranda, que certamente incorpora a este pronunciamento uma conclamação ao Governo Federal, exatamente no sentido do que afirmamos hoje neste plenário.

O próprio Ministro dos Transportes, Alberto Goldman, logo que tomou posse, apresentou um mapa do desperdício, mostrando as obras inacabadas neste País. É preciso mostrar à sociedade brasileira, com toda a transparência, onde foram aplicados os recursos públicos, de que forma foram aplicados e quem não teve a responsabilidade, a consciência e o bom senso para iniciar e concluir essas obras e entregá-las à sociedade brasileira.

Refiro-me, agora, a algumas obras inacabadas em Minas Gerais, e que o nosso Senador Ronan Tito conhece perfeitamente, haja vista o seu interesse, seu empenho e sua preocupação com as questões de Minas.

Há 12 anos, o Governo Federal paralisou as obras do Viaduto da Mutuca e o Trevo de Sabará, transformados, hoje, em verdadeiros corredores da morte. No Trevo da CEASA, temos quilômetros de aterro que estão em processo de erosão. Mencione ainda o metrô de Belo Horizonte, iniciado há 12 anos pelo Governo Federal. Inacabado, atende parcialmente à população, apesar de os investimentos — da ordem de 100 milhões de dólares em equipamentos — estarem hoje espalhados nos pátios para serem utilizados nas obras.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

A SRA. JÚNIA MARISE — Com prazer, ouço V. Ex.^a

O Sr. Ronan Tito — Senadora Júnia Marise, conterrânea e amiga, o discurso que V. Ex.^a faz é denso, é carregado de importância. V. Ex.^a ataca os problemas mais importantes do nosso Estado e do País. E, *pari passu*, corre neste Congresso — aliás, hoje está no Senado Federal — uma lei de privatização que contempla principalmente a privatização das obras já concluídas, os recursos já sacrificados da população. Os privatistas — e entre eles me incluo — estão todos de olho. Na hora em que se for privatizar, por exemplo, a Usina de Furnas, feita por Juscelino Kubitschek, todos quererão comprá-la, ou a de Três Marias, porque foi descapitalizada com o tempo. A pergunta que deixo é a seguinte: Por que não se manda um projeto para cá no sentido de se privatizarem todas as hidrelétricas e todas as obras paradas? Por quê? Esta é a pergunta que fica. E, no entanto, somos açodados a privatizar empresas que estão funcionando e são bem geridas. Ou V. Ex.^a e o povo mineiro não estão satisfeitos com a CEMIG? Ela atende o Vale do Jequitinhonha, Sr. Presidente, a 47 dólares o KW, enquanto o KW-força custa, internacionalmente, uma média de 90 dólares. Essa lei que aí está, saiu muito ruim do Senado — o Relator não tem culpa — foi piorada na Câmara e, hoje, não tem emenda. A emenda é descaracterizada com a supressão dos arts. 41 e 42. Devem-se propor normas específicas de privatização para cada setor, porque essa lei é um enorme guarda-chuva onde se quer abrigar desde a privatização das concessões de serviços funerários até a das termoeletrônicas nucleares. Ora, por mais sábio que seja o legislador, como faria para abrigar tudo isso? Gostaria de terminar dando a V. Ex.^a, a este Plenário e aos Anais, um exemplo vivido por mim recentemente, que serve bem para aquilatar o Brasil de hoje e o de antanho. No tempo de Juscelino Kubitschek, Hugo Goutier comprou um prédio para a Embaixada do Brasil na Itália — era o Brasil de Juscelino —, Palácio Dora Panfili, Piazza Navonna, por um milhão de dólares. A UDN de então abriu uma CPI, porque era um absurdo que, naquele momento, se comprasse por um milhão de dólares aquela embaixada. Hugo Goutier constituiu uma comissão de licitação, fiscalizada por membros da mais alta seriedade, e acabou fazendo a compra por aquele valor. Os maiores empresários oriundos da Itália se cotizaram e reformaram o palácio. Porém, um pedacinho do palácio, aquele pequeno apartamento ao lado da igreja — uma décima parte do imóvel —, ficou pendente à época para que fosse decidido num período de 30 anos; o Brasil teria o comodato daquela fração. Venceram agora os 30 anos, e o nosso País teria o direito de fazer a opção: pagar por aquela parte cinco milhões de dólares, ou entregá-lo, alijando o Palácio Dora Panfili, que é um dos orgulhos de toda a Itália e de toda Roma. Sabe o que acontece com o Brasil de hoje? Não temos os cinco milhões de dólares; um País que tem um PIB oficial de 450 bilhões de dólares, um País que tem o seu PIB real superior a 800 milhões de dólares. Não é mais o Brasil de Juscelino; o PIB, naquela época, talvez fosse uma coisa próxima a 80 milhões de dólares. Perdemos, agora, essa décima parte; alijamos o palácio. Este é o Brasil agachado, o Brasil de cócoras, que não quer se compenetrar em seu tamanho. Este País, nobre Senadora Júnia Marise, nasceu com o destino de ser grande; não temos o direito de atrasá-lo. Se não temos capital, se falta poupança aos cofres do Estado, existe a poupança popular, existem os investidores brasileiros e existe

o capital internacional. Os técnicos que mais conhecem hoje o mercado avaliam que a poupança internacional, que está à disposição dos países que querem se arrumar e receber investimentos, é da ordem de três trilhões de dólares. E que brasileira é grande, pois ela é a metade da dívida dos Estados Unidos, em termos percentuais. Devemos menos de 40% do PIB brasileiro; os Estados Unidos da América do Norte devem 80% do seu PIB. O Brasil não é pequeno, é um colosso, apenas está agachado pelas suas elites. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso tenso, carregado de uma realidade trágica que está nos amarrando neste momento. Devíamos ter mais senadores e parlamentares com o seu alcance; não aqueles que ficam procurando defeito na unha do dedo mínimo da Brigitte Bardot, mas aqueles que são capazes de descobrir que este País é grande e que seu futuro tem que ser promissor. Mas o futuro começa agora, ou não começa nunca. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. JÚNIA MARISE — Senador Ronan Tito, V. Ex^a, com seu aparte, enriquece o nosso pronunciamento, pela sua inteligência e sobretudo pela sua percepção da realidade que o Brasil vive hoje, diante da irresponsabilidade do passado.

V. Ex^a faz alusões comparativas à determinadas ações do Governo diante de questões específicas, como no caso da Embaixada do Brasil em Roma, que servem exatamente para uma orientação daquilo que estamos constatando nos 8.500 Km de Território Nacional. Vou citar um fato apenas para nos situarmos nesse caso específico, Senador Ronan Tito. Estive, na semana passada, visitando as obras do metrô de Belo Horizonte, e qual não foi a minha surpresa e a minha perplexidade ao ser informada de que todo aquele equipamento que está jogado, que está deixado naqueles pátios, ao longo da construção da linha do metrô de superfície de Belo Horizonte, custou aos cofres públicos 100 milhões de dólares! Se as obras forem reiniciadas e os recursos alocados, parte dessa quantia certamente não será aproveitada. Portanto, como não existe a questão mais fundamental neste País, que é a responsabilidade de os governos atuais darem continuidade às obras iniciadas pelos governos passados, não dando nenhuma resposta ao povo brasileiro, que contribui com o seu sacrifício no pagamento de tributos e de impostos para que certamente essas obras possam ser iniciadas em todo o Território Nacional, chegamos à conclusão de que é preciso fazer algo a respeito: V. Ex^a tem toda razão. Como fazer? Ainda não sabemos. Cabe ao Governo Federal a solução desse problema. O Governo deve mapear essas obras, e não apenas anunciá-las; deve definir posições, de forma objetiva, pragmática e responsável com a sociedade brasileira e manifestar o seu desejo iminente de concluí-las e de entregá-las ao povo. Em Minas Gerais, Senador Ronan Tito, foi necessária a elaboração de concurso, o apoio de toda a Bancada mineira, sem exceção, o auxílio de Deputados e Senadores, inclusive o do Senador Alfredo Campos, o de V. Ex^a e o meu para que garantíssemos, no Orçamento da União, os recursos necessários para a conclusão dessas três obras. Por quê? Porque o metrô é uma obra que atende à classe trabalhadora e à população.

No viaduto da Mutuca foram investidos mais de 200 milhões de dólares. No entanto, encontra-se lá um desvio, o que representa um flagrante desrespeito e uma flagrante discriminação com Minas Gerais. E o viaduto hoje é o retrato vivo do "corredor da morte". Há duas semanas, o Jornal

Nacional fez uma reportagem, que foi publicada em rede nacional, denunciando exatamente esse fato.

Em relação ao trevo do Ceasa, onde temos hoje o maior entreposto de hortigranjeiros do País — estamos exportando alimentos para o Norte e Nordeste —, as estatísticas do DNE informam que, só no mês de junho, tivemos 165 acidentes com seis mortes. Pois bem, agora, a "tesoura" do Ministro da Fazenda corta ao meio esses recursos. Já tivemos um década perdida, 12 a 13 anos. Depois que se iniciou a construção do metrô em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife ficaram o mesmo, e os metrôs já foram entregues às respectivas populações. Da mesma forma, o metrô de Brasília começou ontem e vai ser entregue amanhã.

Pois bem, Sr. Presidente, nós, mineiros, estamos no limite da nossa paciência; da paciência que Deus certamente tem reservado aos mineiros. E por quê? Porque o povo mineiro sempre, em todos os momentos decisivos da história deste País, deu a sua contribuição, a contribuição histórica, a contribuição pela liberdade e pela democracia, mas, agora, não quer mais fazer concessões. Daí a mobilização que se faz hoje em Minas Gerais e em todos os segmentos da nossa sociedade, no sentido de levar ao Governo Federal, ao Presidente Itamar Franco, ao Ministro da Fazenda, ao Ministro dos Transportes a palavra que entendemos ser hoje de fundamental importância para o próprio Governo, a fim de que essas obras não onerem ainda mais os cofres públicos federais e não penalizem os já tão sofridos brasileiros de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de fiscais do Executivo e zeladores do Orçamento da União, é nosso dever estarmos atentos para que esse descabro não continue.

Esse é o retrato da realidade que agride a consciência nacional. Refletindo sobre as estatísticas, vamos nos deparar com um quadro social que aponta 65 milhões de brasileiros que vivem na mais completa miséria: 32 milhões passam fome, 40 milhões de crianças expostas à mendicância e à marginalidade e 35 milhões de analfabetos adultos, no País do desperdício, da malversação do dinheiro público, do engodo, da irresponsabilidade administrativa e da má aplicação de políticas públicas.

No País da impunidade, o povo vê o seu salário corroído pela inflação, sua esperança se esvaindo, e a confiança desaparece nas ações do Governo. Enquanto isso, a minoria privilegiada — sempre ela — continua desafiando uma Nação vilipendiada, que não sabe onde encontrar o sol no horizonte, sem presente e sem futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, nobre Senador.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG, Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, estimulado pelas palavras corajosas da Senadora Júnia Marise, eu queria apenas aditar dois itens da maior importância ao seu discurso.

S. Ex^a não teria a obrigação de incluí-los em seu pronunciamento porque não vivencia, como eu, os problemas da Região do Centro-Oeste. Afinal, sou provinciano, pertenço àquela região de língua "intrometida", situada entre três Estados. Por isso, vivo as agruras da malversação do dinheiro público, da falta de prioridade e me queixo, assim como a Senadora Júnia Marise, do desprestígio que Minas Gerais

está tendo neste, no anterior, em outros governos ou mesmo em outros desgovernos que se sucedem.

Senadora Júnia Marise, temos em Uberaba e Uberlândia uma estrada de ferro que demanda Belo Horizonte e São Paulo. A Região Centro-Oeste exporta, mais ou menos, de 2 a 14 milhões de toneladas de grãos, dependendo do ano.

Muito bem! Exportar para o Porto de Santos quer dizer estrangulamento, quer dizer não preferência, quer dizer o embarque mais caro do mundo em termos de grãos. Por que não exportamos por Vitória?

Uma tomada de custos superficial nos diz que apenas o contorno da Serra do Tigre — uma obra caríssima para um país desse tamanho! — é orçado em torno de 60 a 70 milhões de dólares — estou falando em milhões de dólares! O contorno ferroviário da cidade de Belo Horizonte é uma obra de 40 milhões de dólares. O Brasil pagaria esse investimento numa safra, porque a diferença entre o que se ganha e o valor da exportação, incluindo o valor dos transportes e os custos de portos — do Centro-Oeste para Santos — é simplesmente o dobro dos custos que teríamos do Centro-Oeste direto para Vitória ou para os portos do Espírito Santo, que estão vazios.

Estamos trabalhando, pasme a Sr^a Senadora Júnia Marise, há cinco anos, o Espírito Santo e nós, somados. V. Ex^a tem consciência disso, e todos os governos que assumem dizem: "Mas isso é extraordinário, é prioritário! Vamos desobstruir o Porto de Santos." Mas, mais do que isso, iríamos aumentar — e muito — a nossa produção exportável, porque a competitividade aumentaria.

Sabem o Sr. Presidente, os Srs. Senadores e a Senadora Júnia Marise o que é diminuir 18 a 24 dólares no custo de transporte de uma tonelada de grão? O que significa isto no mercado competitivo internacional? Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais — através do seu triângulo — o norte de São Paulo também, todos ganharíamos, mas ganharia muito mais o Brasil.

E, no entanto, Sr. Presidente, essa é uma obra que foi localizada, os portos do Espírito Santo estão ociosos e as obras estão paralisadas.

A Sr^a Júnia Marise — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RONAN TITO — Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Júnia Marise — Tem toda razão V. Ex^a, Senador Ronan Tito. V. Ex^a, como costume dizer em relação às questões emergentes que convivemos neste País, colocou "o dedo na ferida". Quero aproveitar a oportunidade que V. Ex^a me concede de apartear-lo, neste momento, para reafirmar, inclusive, uma denúncia que fiz há uma semana, em Belo Horizonte — é grave! — e que está exatamente relacionada com a questão do corredor ferroviário de Minas Gerais, ligando Brasília ao Espírito Santo. Há alguns meses, a Rede Ferroviária Federal vendeu, na condição de cessão de venda para a Companhia Vale do Rio Doce parte do seu corredor ferroviário, os limites de Belo Horizonte. Pois bem, desses recursos que seriam revertidos exatamente para a Rede Ferroviária Federal de Minas Gerais, para a manutenção e construção de cerca de 1.000 quilômetros do corredor ferroviário, que faria a ligação até o corredor do Espírito Santo, abrangendo a região de Unaí, principalmente, desses recursos, repito, boa parte foi desviada para o corredor ferroviário do Paraná. Não estou discutindo, aqui, a questão da aplicação desse dinheiro no Estado do Paraná. Estou, sim, questionando ao Ministro de

Minas e Energia, ao qual a Vale do Rio Doce está subordinada, quais as razões para esse desvio.

O Sr. Gilberto Miranda — Existe Ministro de Minas e Energia no País, Senadora?

A Sr^a Júnia Marise — Por que houve a concordância no desvio desses recursos, Senador Ronan Tito, que estavam comprometidos? Porque a cessão de venda foi efetuada no corredor ferroviário de Minas Gerais. No contrato — ainda não tive acesso a ele, mas estou tentando obtê-lo, solicitando ao Ministério que me encaminhe uma cópia desse contrato —, certamente, há cláusula que propõe a aplicação de recursos no corredor ferroviário de Minas Gerais, principalmente naquele trecho do corredor ferroviário de carga de Belo Horizonte, que vai se deslocando para o interior de Minas Gerais, a região Centro-Oeste e o Estado do Espírito Santo. Pois bem, e o que está acontecendo com isso? A Rede Ferroviária não tem mantido o seu compromisso junto às empresas que estão construindo esse corredor ferroviário, e, com isso, já tivemos, na semana passada, 200 trabalhadores demitidos.

Portanto, Senador Ronan Tito, louvo V. Ex^a neste momento em que ocupa o microfone do Senado Federal para abordar uma questão que, realmente, significa não apenas o desrespeito com Minas Gerais mas, sobretudo, a falta de ética em relação a esses recursos que, obrigatoriamente, contratualmente, teriam que ser alocados no corredor ferroviário de Minas Gerais e foram desviados — não remanejados — desviados para o corredor ferroviário do Paraná. Muito obrigada a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO — Eu que lhe agradeço, Senadora. V. Ex^a, com sua percuciência e com sua inteligência, e o condão de colocar o "dedo na ferida", chega, às vezes, a excitar a inteligência do interlocutor para ir aos problemas mais sérios.

Ontem falávamos sobre evasão fiscal, que é um capítulo que eu quero abordar muitas e muitas vezes, porque tanto eu como os Senadores João Calmon e Esperidião Amin e vários muitos outros nos dedicamos intensivamente a esse trabalho antipático; fui Vice-Presidente da Federação das Indústrias do meu estado por duas vezes, Presidente da Associação Comercial, briguei com os empresários deste País, fiz palestras em vários lugares. Para quê? Para que se contivesse o déficit público, se controlasse a inflação, e pudéssemos, a partir daí, alocar os recursos já existentes neste País e fazer o desenvolvimento auto-sustentado, sem inflação.

Mas o que aconteceu, Sr. Presidente?

Os números oficiais fornecidos ontem pelo Senador Beni Veras nos contam o seguinte: gastamos com pessoal, no ano passado, em torno de 14 bilhões de dólares. Está previsto para este ano despendermos 19 bilhões e 200 milhões — e 27 bilhões no ano que vem! Sr. Presidente, isso é brincar com o serviço sério dos outros!

O Senador João Calmon, tomado de indignação, queria dotar a educação de mais recursos, porque não é possível, no limiar do terceiro milênio, ficar uma criança, neste País, sem o direito de ir à escola de primeiro grau. Foi isso que moveu o Senador João Calmon e a todos nós. Acertar as contas deste País, para que o mesmo pudesse se desenvolver. Pergunto eu — se pegarmos o recurso que foi arrecadado a mais e o investirmos em mão-de-obra aumentamos a base monetária, a pressão de compra e também a inflação? Quem não sabe disso? E quem paga a inflação, Sr. Presidente? Em

primeiro lugar, o desempregado, porque não tem a mínima possibilidade de trabalhar. Quem vai investir num país com inflação de 32%, e que continua crescendo? Quem paga a inflação é o assalariado, principalmente o de baixo salário. Não estou falando dos executivos, pois estes, em nosso País, há muito já ganham em dólar; recebem em cruzeiros, mas a referência é o dólar. Paga o pobre, que fica mais pobre.

Depois, criamos um "programazinho", chamamos um bispo bem-intencionado, um sociólogo bem-intencionado, e vamos fazer "caricaturidade"? — porque caridade sem justiça não existe! A primeira exigência da caridade é a justiça. Quem nos conta isso muito bem é Dom Hélder Câmara, que havia criado, no Rio de Janeiro, o Banco da Providência; um dia, uma senhora daquela cidade, muito rica, muito abastada, foi entregar-lhe um donativo polpudo e disse-lhe: "Toma, Dom Hélder, para os seus pobres". Disse Dom Hélder que ficou, naquele momento, tocado por esses "seus pobres". Será que ele era dono dos pobres? E ele, que conhecia muito aquela senhora e a sua situação, disse-lhe: "Minha senhora, leve esse dinheiro; trate do seu jardineiro, ele está tuberculoso; dê o melhor salário às suas empregadas. Minha senhora, não é possível fazer caridade sem antes fazer justiça".

Estamos faltando com a justiça ao povo brasileiro, e queremos fazer "caricaturidade" — caricatura de caridade!

Sr. Presidente, diante de Deus, não sou contra distribuir alimentos neste momento ao povo brasileiro, mas isso é para a passagem do obstáculo! Isso é para passar o Rubicão. Mas estão nos impedindo de passá-lo.

Eu já disse quem paga a inflação. Agora, vou dizer quem são os sócios da inflação: são os oligopólios, os monopólios, as grandes empresas e os bancos. São sócios, ganham com a inflação. Mas hoje temos novos sócios ostensivos. O Deputado Paulo Paim lidera neste País a sociedade que se beneficia da inflação! Quem não sabe? Será que S. Ex.^a não sabe? Os economistas do PT não sabem que aumentar a massa salarial neste momento vai provocar o recrudescimento da inflação e, dessa forma, vai prejudicar o desempregado, o assalariado? Se S. Ex.^a não sabe, não é digno do cargo. Se o seu partido não sabe, não foi informado pelos seus economistas, por seus estudiosos, não é digno de ser chamado partido.

Sr. Presidente, eles podem continuar fazendo a sua demagogia — os "PTongas" de sempre — mas não deixo de fazer a minha denúncia.

O Sr. Gilberto Miranda — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O Sr. Beni Veras — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Nobre Senador Beni Veras, antes de conceder-lhe o aparte, ouço primeiro o nobre Senador Gilberto Miranda, que me pediu antes a palavra. Em seguida, terei muito prazer em ouvi-lo, pois tenho certeza de que V. Ex.^a tem como enriquecer muito mais este discurso.

O Sr. Gilberto Miranda — Nobre Senador Ronan Tito, se V. Ex.^a me permitisse, gostaria de passar a palavra ao Senador Beni Veras, que aniversaria hoje, e deve por isso falar em primeiro lugar. (Palmas.)

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, se fosse permitido cantar "Parabéns a Você", eu iria ensaiar esta música. Mas somos limitados pelo Regimento, e este não prevê tal situação.

Peço ao Senador Beni Veras que cerre os olhos um pouco e "escute" a nossa emoção — que não se faz ouvir, pois o Regimento assim o impede, mas não o nosso sentimento.

E saiba que desejo a V. Ex.^a muitos e muitos anos de vida! V. Ex.^a é um Parlamentar que honra esta Casa, um homem digno, um homem corajoso, um homem que dá satisfação à sua consciência, antes de querer iludir o povo.

Ouçõ V. Ex.^a, com muita honra.

O Sr. Beni Veras — Senador Ronan Tito, gostaria de falar sobre dois assuntos. Primeiro, a respeito da folha de pagamento a que V. Ex.^a se referiu. A Lei é a de nº 8.676 de 23 de julho deste ano. Ela colocou os funcionários públicos que eram aposentados pela Previdência com limite de 11 salários mínimos na previdência pública, com o salário completo, total. Isso refletiu-se na folha de pagamento, que aumentou de 6 bilhões e 960 milhões de dólares para 10 bilhões e 510 milhões de dólares. A troco de nada, pois não há retorno ao País. Uma outra questão: V. Ex.^a referiu-se também à generosidade do projeto do Deputado Paulo Paim; o que me chama a atenção é o seguinte: o partido a que o Deputado pertence ajudou muito a compor uma caixa de funcionários públicos que têm vantagens especiais, aposentadorias especiais, direitos especiais. São recursos que são subtraídos do País para serem entregues a essas corporações, e que faltam às camadas mais baixas. Agora, estão brigando pelo salário dos que ganham menos, mas se esquecem de que o salário que está faltando ao povo e ao País é o que está sendo dado às corporações, que usufruem de grandes vantagens e consomem os recursos públicos, os quais não ficam disponíveis para ajudar a população a ter mais saúde, educação, saneamento — benefícios, afinal, que ela tanto precisa. Então, são falsos amigos do povo, no meu entender. Alegam que estão defendendo o direito do povo, mas, de fato, não estão, porque comprometem os recursos do povo em medidas que não são essenciais, deixando-o carente e desguarnecido. Obrigada.

O SR. RONAN TITO — Eu que agradeço a V. Ex.^a

Sr. Presidente, eminente Senador João Calmon, o mais digno de todos nós, um erro deste estulto Senador que lhe fala fez com que eu cometesse uma gafe que peço seja expungida das notas taquigráficas. O Senador João Calmon, há duas décadas, detectou a saída para o Brasil, para os brasileiros, o mapa para a construção de uma população digna, isso se faz através da educação, principalmente a de primeiro grau.

Há aproximadamente seis meses, li uma estatística de que em cada um milhão de pessoas existe um gênio, não importando a cor da pele, o formato dos olhos, a origem. E são os gênios que levam o mundo para frente. Quantos gênios, nobre Senador João Calmon, jogamos na lata de lixo? Quantos gênios brasileiros escondemos, impedindo que desabrochassem? Quantos gênios foram para a marginalidade, porque colocaram o homem à margem do processo de desenvolvimento? E da margem do processo à marginalidade é um passo. E querem votar a pena de morte! Eu gostaria de saber para quem. Para quem deu um passo da margem à marginalidade ou para aqueles que colocaram essas pessoas à margem?

Sou contra a pena de morte em qualquer nível. Nós, não somos o autor da vida, sabemos quem é o seu Autor. Só Ele pode dispor da nossa vida. Só o Autor pode. E está escrito no Livro dos livros: "Ele é o Autor da vida, só Ele pode ceifá-la". Sr. Presidente, eu disse, em outra ocasião, que estamos como cachorro correndo atrás do rabo. Mas estamos pior. Já não corremos mais atrás do rabo. Estamos afundando nos discursos heróicos, mentirosos e demagógicos.

Denunciei aqui a dupla "PTonga", uma instalada no segundo e terceiro escalões do Governo e a outra, nos jornais, que está interessada em fazer escândalos e não em localizar os grandes problemas do Brasil a fim de solucioná-los.

Lembro-me de La Fontaine a toda hora: "Tout le flatteur vive et dépend de celui qui l'écoute" (Todo adúlador vive e depende daquele que o escuta). Toda vez que vejo um desses moços falando: "os trabalhadores", lembro-me de La Fontaine. Desculpem-me.

Estou mais ou menos como aquele homem que pára diante do livro de Dante Alighieri, abre a página e vê desenhado: "Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate!" (Deixai fora toda esperança, ó vós que aqui entraís.) Porque o inferno é a ausência da esperança.

Eu desafio esses "políticos", que só sabem navegar em águas sujas, que não têm proposta, eu desafio os membros do PT a nos dizerem qual a sua proposta. O socialismo? Que socialismo? Nunca disseram. Mentiram o tempo todo!

Felipe Gonzáles disse certa vez: "O socialismo que preconizo é não-marxista".

Os marxistas, eu assisti, há poucos dias, o que eles conseguiram fazer, desde 1948 até um ano atrás, no país mais disciplinado e mais determinado do mundo, a Alemanha. Vi, depois de 60 anos, o que eles conseguiram na Rússia; não podem confessar verdadeiramente a sua ideologia. E vamos ilaquear a boa-fé pública com uma meia verdade.

Eu sou socialista, nosso Partido o é. Que tipo de socialismo? O da Suécia? Lá o regime é social-democrata, chamado socialismo democrático. O da Espanha? Um deputado espanhol me disse algo muito interessante, Senador Jarbas Passarinho: "El Primero Ministro no és mas que un violinista. Segura el violín con la mano izquierda, pero lo toca con la derecha". Será que o esquerdismo deles também é do tipo violino? Era preciso clarear.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esse povo deve à Nação uma melhor exegese do seu socialismo; uma explicação. São pescadores de águas turvas. Podem dizer que o chavão é antigo, a expressão é antiga, mas não encontro outra melhor para o momento.

E agora, como eu dizia, o PT, liderado por Paulo Paim, os maiores sócios da inflação, vão ganhar mais com o regime inflacionário do que os monopólios. Querem então os maiores sócios da inflação. Por quê? Estão vendendo engodo, estão com a plataforma política. E se a inflação caísse, qual seria a mensagem deles? O socialismo? O que eles iriam pregar? Quanto pior, melhor. Vamos semear a cizânia, jogar irmão contra irmão, dizer que o Ministro Maurício Corrêa fez sua declaração de maneira incorreta. E depois se verifica que o Imposto de Renda de S. Ex^a está absolutamente correto. Mas sua sentença já transitou em julgado, não pela justiça, mas na imprensa.

De que adianta o candidato à Presidência do Banco do Brasil protestar — aliás, ele nem era candidato, foi o Presidente Itamar que o convidou para ocupar aquele cargo — se um outro esquerdista famoso desta Casa, o Deputado Augusto Carvalho, do antigo Partido Comunista, que mudou de nome (segundo eu ouço, só de nome), disse que ele havia dado um prejuízo ao Banco do Brasil? Foi julgado. Indignado com aquela sentença, porque foi julgado publicamente, ele tinha que explicar para a sua família, nos seus 34 anos de Banco do Brasil, que ele não havia traído o Banco do Brasil. Pediu, então, que o Tribunal de Contas se pronunciasse sobre

aquele episódio. O Tribunal de Contas não se limitou a se pronunciar e disse: "Ele recebeu, de uma firma que estava falindo, o dobro que a Justiça daria conta de receber". Mas o que adianta isso. Senador Jarbas Passarinho? A sentença já transitou em julgado. De que adianta eu gritar aqui, entre quatro paredes, que Breno Reis é um homem honrado, trabalhou 34 anos no Banco do Brasil e deu um extraordinário lucro àquela Instituição? Não, não! Breno Reis não era daqueles que ficavam apontando o dedo duro em cima dos colegas. Ele é um homem que trabalhava para o Banco do Brasil avançar. Ele foi gerente daquela instituição financeira em minha cidade. Ficou seis meses arrumando a agência. Nós achávamos que o Banco do Brasil havia acabado, e, de repente, ele fecha a gerência e sai à rua. Investiu na cidade 300% a mais em valores reais do que o seu antecessor: a cidade explodiu, cresceu, e ele não perdeu nenhuma aplicação.

Mas, verdadeiramente, um homem desse na Presidência do Banco do Brasil, será que vai interessar ao Deputado Augusto Carvalho? Será? É a pergunta que fica. Parece-me que não.

Convidei o Deputado Augusto Carvalho para debatermos numa sessão do Congresso Nacional. Ele disse: "Não, você faça o seu discurso, que eu já fiz o meu". Ele já havia conseguido o seu objetivo, o seu intento. O que adianta para ele agora clarear o assunto? Não adianta. Para ele, não.

Eu fico pensando: que valor tem a pessoa humana neste País? Que valor tem o cidadão? Que valor tem o homem público? Que valor tem cada um de nós?

Uma vez assisti a um filme — a minha cultura é de almanaque, de maneira que fico citando algumas coisinhas que vi por aí — que falava sobre pena de morte. E num determinado momento os condenados à morte tinham que ser — não por exigência deles, mas do juiz — absolvidos por um sacerdote, porque queriam matar o corpo e não queriam matar a alma, embora, pela teologia que conheço, corpo e alma são indissolúveis. Na verdade, só se separam quando ocorre a morte. É o que eu entendo. Mas num determinado momento, o padre que estava acostumado àquele ofício de dar a absolvição, faltou — ele estava doente, já velho — e veio um padre novo e não se contentou em dar a absolvição. Perguntou a cada cidadão: "Como é que você se chama?" "Eu me chamo Beni". "Beni, você é imortal e insubstituível". "Como é que você se chama?" "Eu me chamo Gilberto." "Gilberto, você é imortal e insubstituível". **Vous êtes immortel et insubstituible.** Isto ficou na minha cabeça. No Plano de Deus, cada um de nós tem um sentido. Eu não posso acreditar num Deus irresponsável — a menos que eu não acredite em Deus — que cria as pessoas aleatoriamente, e que os homens podem dizer: "Esse serve, aquele não serve". Como é que fica a dignidade de cada cidadão, de cada ser? E aqueles que assumem o seu espaço e trabalham dignamente, determinadamente e, depois de 34 anos, Sr. Senador — sua sentença transitou em julgado. Não importa a opinião do Tribunal de Contas da União. Isso não tem a mínima importância.

O Sr. Gilberto Miranda — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO — Pois não, nobre Senador Gilberto Miranda. Eu me alonguei tanto que não sei se ainda cabe o aparte de V. Ex^a, mas tenho muito gosto e agrado em ouvi-lo, nobre Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda — O seu discurso, na manhã de hoje, é bastante variado, pois trata de vários assuntos. Eu ia apartear-lo no momento em que falava não só dos proble-

mas de Minas Gerais, bem como os de minas e energia. Senador Ronan Tito, acredito que o Governo, neste momento, se preocupa mais com a generalização do desperdício e da pobreza do que em resolver, realmente, os problemas. Falava V. Exª sobre a inflação. Será que Ministros de Estado, presidentes e diretores de estatais sofrem com a inflação? Será que os altos escalões do Governo Federal conhecem, na ilha da fantasia, que é Brasília, a inflação? Penso que não. Inflação é coisa de pobre, é coisa de empresário, é daquele que corrói o salário, corrói a receita, corrói a empresa, esses sentem a inflação. Aqueles que pouco pagam pela inflação não se preocupam. V. Exª falava em educação e citou o trabalho do Senador João Calmon. O Governo está preocupado com essa área? Educação para que e para quem? O Governo não está preocupado praticamente com nada. O Governo preocupa-se com a saúde? Acho que não. Nós vemos, todos os dias, cenas na televisão, vemos nos jornais, as pessoas chegando aos hospitais e morrendo. E V. Exª ouviu, em São Paulo, quando tomávamos depoimento para o Relatório do PMDB, do Partido, que se falava que muita gente morreu em São Paulo durante o período da crise da saúde, agora, por falta de antibióticos. Então, eu não vejo nenhuma preocupação. Quando pego um relatório do Sistema Privado de Saúde vejo que as empresas públicas, Senador Ronan Tito, na qual está a Previdência Social, têm um plano de sistema de saúde privado para seus funcionários. Estranho. Parece brincadeira. A Previdência social não acredita no seu próprio sistema de saúde e faz para os seus funcionários um plano de previdência privado, como também as Estradas de Ferro Federais, Vale do Rio Doce, Correios e Telégrafos, Ministério da Fazenda...

O SR. RONAN TITO — O Ministério da Fazenda também tem?

O Sr. Gilberto Miranda — Tem.

O SR. RONAN TITO — Então está entendido.

O Sr. Gilberto Miranda — Imagine V. Exª que as empresas públicas gastam, só com seguro saúde, a quantia irrisória de 1 bilhão, 176 milhões de dólares. Hoje, pela manhã, estive com o Presidente da Telebrás e perguntei a S. Exª quanto que essa empresa gastou, com seguro saúde, para atender os seus 600 funcionários, nestes 7 meses? Ouvi algumas histórias a respeito de funcionários que têm problemas de rins, de visão, utilizam óculos etc. Tomei conhecimento, falta ser confirmado, porque o Presidente não dispunha desses dados, mas tenho informações de fontes internas da Telebrás que com 600 funcionários, nestes 7 meses, só na parte de seguro de benefícios desse tipo, médicos, remédios, ela gastou a quantia irrisória de 24 milhões de dólares. Imaginem se para 3,5 milhões de segurados das empresas públicas se gasta 1 bilhão e 176 milhões de dólares, se fôssemos dar este tipo de seguro saúde para a população brasileira o Governo precisaria, no mínimo, de 50 bilhões de dólares. Entretanto, há outra classe mais privilegiada, que é a das estatais. Por que o Governo, que está preocupado com o desperdício, com a falta de dinheiro, com a falta de caixa e que já encaminhou 19 medidas provisórias para o Congresso Nacional, não envia uma medida provisória, para que seja revogada a lei que concede contribuições das estatais para os fundos de pensão dos funcionários? Sabemos que os fundos de pensão têm aproximadamente, em conjunto, 27 bilhões de dólares. Agora, estatais que estão falidas ou semifalidas e não dão lucros, pagam 13º, 14º e 15º salário e possuem mais de 130 benefícios para os

seus funcionários: para compra de caixa, para dentadura, para óculos, para perna ortopédica, enfim, para tudo. E o Governo não envia medida provisória alguma para que não se repassem verbas para essas fundações. Continua tudo igual. O que fazem essas fundações? Além de todos os benefícios que concedem a essa classe privilegiada — ainda beneficiam o esporte, não sou contra porque fiz muito esporte — vemos a torcida organizada pela Fundação do Banco do Brasil. É bonita, toda de amarelo, torcendo para o vôlei, mas temos outras prioridades. Acho que o vôlei é importante, o Brasil conseguiu títulos excepcionais neste esporte. Quem arca com esse ônus? A Fundação Banco do Brasil. Vários esportes, como o tênis, o futebol de salão, o futebol de campo, são pagos pelas fundações que fazem verdadeiras generosidades com o dinheiro das estatais. Pergunto a V. Exª: de onde vem o dinheiro das estatais? Do contribuinte. No entanto, aquele que contribui, nobre Senador, continua sem hospital, sem escolas, recebendo um salário ínfimo da Previdência Social, que não dá para viver dignamente. O aposentado, hoje, está fadado a morrer de fome. Por outro lado, o funcionário do Banco do Brasil — não tenho nada contra essa instituição financeira — que se aposenta com o cargo de gerente, por exemplo, daqui a 20 anos, se ele ainda estiver vivo, continuará recebendo, através da Fundação Banco do Brasil, o mesmo salário atual do cargo de gerente. É possível termos dois brasis tão diferentes? Temos o Brasil das estatais e temos o Brasil dos 50 milhões de brasileiros que passam fome, de crianças abandonadas, de hospitais abandonados, de um seguro irrisório. Será que o Presidente da República, um homem que conviveu nesta Casa durante décadas, um homem conhecedor dos problemas da Nação — tive oportunidade de ler grande parte dos seus 720 discursos feitos nesta Casa, combatendo violentamente essa situação —, será que Sua Excelência se esqueceu de tudo que falou neste Plenário, de vez que tem a caneta na mão e é o Chefe Máximo desta Nação? É um homem sério, íntegro, honesto — só ouço falar isso. Mas é preciso executar, meu Presidente. Está na hora de mandar medidas provisórias para esta Casa com propostas de mudança da situação do País. Aquele que é mais rico, como disse V. Exª, vai continuar insensível à inflação e vai, cada vez mais, ganhar dinheiro: os oligopólios, os bancos, as empreiteiras. Absolutamente, estes não sofrem. Os presidentes de estatais são aliciados, suas famílias ganham presentes, viagens, ganham tudo. Por que o Governo de Itamar Franco, que é um Governo honrado, um Governo sério, não ordena uma auditoria em cada uma das estatais?

O SR. RONAN TITO — Senador, um momento por favor. Tenho medo de que a população se canse da honestidade desnecessária, tenho muito medo.

Pode continuar, Senador, desculpe-me a interrupção.

O Sr. Gilberto Miranda — Senador Ronan Tito, acho que a população já está cansada da classe política, já está cansada dos presidentes. A população não sabe que não temos o poder de fazer o bem — e acho que nem de fazer o mal. Vejo brilhantes Senadores desta Casa, todos os dias, trazerem denúncias e sugestões ao Governo, mas, em nenhum momento, vejo o Executivo se interessar. Ainda não tive oportunidade de ouvir de um Senador desta Casa que um pronunciamento seu foi ouvido pelo Palácio do Planalto. Penso que o Governo é completamente surdo. Estou nesta Casa há sete meses, e nada vi nem ouvi no sentido de que o Planalto tenha se interessado por algum pronunciamento feito aqui e tenha

chamado o senador responsável para obter maiores esclarecimentos e contribuições, no sentido de corrigir distorções e acatar sugestões. E considero que elas foram boas, porque o Planalto não ouviu! Está a 200 metros daqui e continua surdo. Será que não está na hora de o Presidente da República trocar seus assessores? Será que seus assessores levam a Sua Excelência nossas preocupações? Será que não está na hora de o Presidente da República mandar a esta Casa medidas provisórias que possam coibir essas barbaridades? O seguro-saúde, um gasto de 1 bilhão de dólares, alcança funcionários de estatais! E os outros brasileiros? Estão e continuarão fadados a morrer na pobreza, no desemprego, no sofrimento e com a inflação. Este Governo não apresentou nada, até agora, para retomar o desenvolvimento; nada mostrou para acabar com o desemprego e para resolver o problema das estatais, que é um câncer. Privatizar-se-á a Cosipa nos próximos dias e todas as falcaturas ali praticadas ficarão impunes. E as outras estatais? Ocorrerá o mesmo. É lamentável. Prometo a V. Ex^a, Senador Ronan Tito, que enquanto estiver aqui, nestes próximos cinco anos e meio, e enquanto existirem estatais, trarei à tribuna desta Casa, todas as semanas, um escândalo — porque o que não falta, é escândalo em estatais —, até, talvez, o Governo tomar alguma providência. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RONAN TITO — Quem agradece sou eu, Senador Gilberto Miranda.

V. Ex^a pergunta por que não se resolvem esses problemas? Nós sabemos que, inicialmente, o Governo tem que tomar algumas medidas. Não é possível promover o desenvolvimento, o crescimento do País com uma inflação de 30%, assim como não é possível combater inflação e ser simpático, popular. Não conheço um homem que tenha tentado combater a inflação e tenha sido popular ao mesmo tempo — menos aqueles que tentaram fórmulas mágicas que depois explodiram e acabaram ainda mais com a nossa economia. Combater tenaz e seriamente a inflação não é um papel simpático; querer combater a inflação e ao mesmo tempo ser popular é impossível: “É chupar cana e assobiar ao mesmo tempo”.

Agora, após acertar a economia, há que se ter um elenco de prioridades. Eu não sou pelo Estado mínimo, sou pelo Estado forte, soberano, e um país, um povo que não tem um Estado soberano está liquidado.

O Sr. João Calmon — Permita-me um aparte, nobre Senador Ronan Tito?

O SR. RONAN TITO — Ouço, com prazer, o nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Ronan Tito, V. Ex^a tem batido, em relação a mim, recordes de generosidade. Exa gera os seus elogios a minha atuação obstinada em favor da educação, e por isso sinto-me no dever de, nesta manhã, destacar, a quem não conhece como eu a sua fulgurante carreira política, que V. Ex^a foi o único brasileiro que teve a coragem, a visão de estadista para propor, na hipótese de ser eleito Governador do Estado de Minas, que fossem destinados 50% dos recursos decorrentes da arrecadação dos impostos estaduais para a educação. Infelizmente, o eleitorado de Minas Gerais não entendeu a importância transcendental da sua proposta, mas V. Ex^a ficou com um crédito invejável que o imortaliza na história política do nosso País. Aqui fica a homenagem a esse magnífico lutador das Alterosas e que agora desempenha um papel de extraordinária relevância como Presidente

da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Evasão Fiscal. Do resultado dessa CPI, nobre Senador Ronan Tito, dependerá o futuro deste País. Se essa Comissão atingir os objetivos visados, se puder conter a avassaladora, a despudorada sonegação fiscal do nosso País, a sociedade brasileira terá uma composição mais humana, mais equitativa, sem essa concentração excessiva de riqueza nas mãos de uma minoria de privilegiados. Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO — Quem agradece sou eu, Senador João Calmon.

Cirano de Bergerac, criação de Edmond Rostand, disse que quando se é eleito papa num conselho de homens tão nulos quanto graves só se tem que agradecer. Mas dizia que, ao mesmo tempo, um elogio de alguma pessoa com autoridade tinha sentido. Quero fazer minhas as palavras de Edmond Rostand. Se eu fosse elogiado por outra pessoa por ter trabalhado pela educação, não teria tanta importância. Mas devo dizer e confessar que fui despertado para a importância transcendental da educação exatamente por V. Ex^a. Muito obrigado, Senador.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ronan Tito?

O SR. RONAN TITO — Ouço o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho — Agradeço a V. Ex^a permitir o meu aparte ao seu discurso, que, infelizmente, não ouvi desde o início; mas todos sabemos que ficamos embevecidos, quando ouvimos V. Ex^a. Meu único “não-apoiado” foi quando V. Ex^a disse que a sua cultura é de almanaque. Protestei, porque esse tipo de modéstia é exagerada. O discurso de V. Ex^a é um chamamento a reflexões múltiplas. E o aparte que lhe foi dado ainda há pouco pelo Senador Gilberto Miranda também me lembra alguma coisa. O nosso ilustre colega lhe perguntou o que o Governo tem feito pela educação. Penso que a última medida provisória pode responder o que o Senador pelo Amazonas perguntava a V. Ex^a, porque nela está dito que nenhuma instituição particular de ensino pode tomar qualquer medida restritiva ao aluno inadimplente. Essa é a proposta. Bom, quer dizer que poderíamos também, por extensão, dizer o seguinte: quem quer que vá ao supermercado e saia de lá com tantas compras pode não pagar ao caixa, porque o caixa também não pode tomar qualquer medida restritiva ao comprador inadimplente. Por outro lado, por que o Governo, que não está proporcionando um ensino público poucas pessoas estariam em escolas particulares, por que então o Governo não chama a si a adimplência do inadimplente?

Se concede bolsa, que pague, então, aquele que ele considera como não tendo capacidade de estudar, já que não lhe dá a boa educação pública. E mais ainda: isso não será um convite à inadimplência generalizada? O que está pagando daqui a pouco vê que o colega que não paga também terá o mesmo direito de fazer suas provas e tirar o seu curso. Haverá um convite a isso? Qual foi a resposta que essa medida provisória deu? Foi a mim, a V. Ex^a? Não. Foi aos garotos da UNE que foram recebidos, foi aos garotos da UBES, do ensino secundário, que sentaram à mesa do Presidente da República e exigiram providências dessa natureza. Relativamente ao outro ponto em que o Senador Gilberto Miranda tocou, eu me permitiria uma discrepância. Não é exatamente que a Previdência Social não acredite em si; são os funcionários

em geral. Existe um sistema antigo, muito antigo na Previdência, chamado PATRONAL, que se estendeu pelos ministérios em geral. Quando passei pelo Ministério da Justiça — desastrosamente, aliás, mas passei — o que encontrei foi algo curioso.

O SR. RONAN TITO — Permito-me dizer que não apóio V. Exª

O Sr. Jarbas Passarinho — Com essa vivência de natureza militar, não passo por um Ministério, a não ser que eu vá fazer uma visita a todas as áreas e seções do Ministério. Cheguei à área médica, onde encontramos uma mesa de curativos com o apoio quebrado e era para a ginecologia. (Risos). Passei o resto do meu tempo brigando com o médico, dizendo-lhe: "Mas como é que se pode fazer ginecologia, se não há nem o apoio para se colocar o pé?" Não havia um medicamento. Senador. Foi uma luta conseguirmos e deixarmos isso lá. Mas os funcionários — e justamente com as dificuldades de se poder ir a uma fila do Inamps para ser atendido — procuram ter em cada ministério um apoio imediato. Não se pode fazer tudo, não se pode criar um hospital geral em cada ministério; daí, então, a Patronal, porque é um princípio de se fazer um tipo de articulação entre aquilo que o Inamps proporcionaria e aquilo que a livre escolha proporcionaria por seu turno. São apenas pequenos reparos nessa reflexão. Agora, o ponto fundamental do que ouvi de V. Exª — que, a meu ver, é a questão fulcral das nossas preocupações atuais — é a sua pergunta: "Que socialismo o PT oferece?" Primeiro, Senador Ronan Tito, o PT não tem uniformidade, não tem harmonia. Agora, separou-se a sua ala talvez mais radicalizada, que é a da Convergência Socialista, e fundou-se um novo partido, que acabou de ser registrado, que parece ser o Partido Socialista Unificado, ou algo assim. Esse Partido era a Convergência Socialista trotskista. Há grupos ainda marxistas-leninistas. Ontem, eu dava um aparte ao Senador Esperidião Amin, na presença do Senador Eduardo Suplicy, e dizia que o governante que abrir mão de ter um serviço de informações estratégico ao seu lado não é um governante. Ele não vai ter condições, inclusive, de fazer qualquer estratégia de governo se ele não sabe. Por outro lado, uma democracia que não se defende é suicida!

O SR. RONAN TITO — Claro.

O Sr. Jarbas Passarinho — Há que ter os elementos para poder se defender. Para isso é preciso analisar o que está acontecendo. Dizia que, no início do Governo do Senador Esperidião Amin como Governador de Santa Catarina — e os dados que o Senador Eduardo Suplicy eram de 1985 — o PT ainda era essa grande *umbrella* que tinha dos trotskistas aos stalinistas, e havia declarado pela futura ministra, a então candidata a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, que a luta armada era uma opção, dependia de condições objetivas. Digo: quem conhece um pouco do jargão marxista sabe o que Marx disse sobre condições objetivas: é não ter moeda, é ter convulsão social, é ter injustiça generalizada. Ora, isso tudo está aqui à nossa mão e à nossa vista. Então, existem condições objetivas. Se elas justificam a ação armada, por que a democracia não tem condições de se defender? Essa pergunta que V. Exª faz gostaria de ver os homens do PT responderem. Primeiro, se o PT pode responder no todo; segundo, veja que fantástica é a minha admiração pelo Presidente do Partido, Luiz Inácio Lula da Silva: foi um homem que, na sua carreira sindical, só conseguiu ser presidente de

um sindicato e não do maior sindicato dos metalúrgicos da América Latina, que é o de São Paulo. Sempre perdeu para o Joazeiro e agora para o Medeiros. Não chegou, portanto, a Presidente de federação, muito menos de confederação. Mas, no campo político, é hoje o nome mais cogitado nas pesquisas para ser o nosso próximo Presidente da República. É um fenômeno, sem dúvida! Deve ter qualidades pessoais realmente admiráveis, só para poder conseguir isso. Por trás, certamente, existem os fatores coadjuvantes. Que socialismo pretende? O de Cuba? Sabemos que em cada viagem que o Presidente do PT faz — com muita frequência — passa pelo "Napoleão do Caribe", passa pelo Sr. Fidel Castro, que é recebido com os maiores aplausos no Brasil. No dia em que ele cair, Senador Ronan Tito, não tenho dúvida nenhuma de que veremos em Cuba a repetição da Romênia, da União Soviética, quando se falava sobre Stálin, e só então aparecerão as vinganças, os morticínios que ele praticou, o juiz que ele era da vida de cada pessoa. Que se leia Hubert Mattos, que se leia Valadares, que se leia o que as pessoas que provaram o que se faz na ilha de Cuba contra a dignidade humana. Será esse o socialismo do PT? É esse que nos espera no caso de uma vitória dele sobre o Senador Sarney, se viesse a ser candidato pelo PMDB, sobre o Dr. Quéricia, sobre quantos nomes no partido de V. Exª existem, como o de V. Exª? Nem sempre as escolhas coincidem com a sensatez da opção. Obrigado a V. Exª

O SR. RONAN TITO — Quem agradece sou eu, nobre Senador Jarbas Passarinho.

Uma coisa não podemos negar ao congênere do PT, porque está sempre coligado, que é o PC do B. Eles definiram, o PC do B disse: o meu socialismo é o da Albânia.

A Albânia é o mesmo que Raquel: não chora seus filhos porque já não existem mais.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Lembro aos nobres Senadores que o Congresso está convocado para reunir-se em sessão extraordinária às 14h30min, para tratar de matéria da maior importância.

O Sr. Elcio Alvares — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONAN TITO — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Elcio Alvares — Senador Ronan Tito, V. Exª hoje alteia os debates nesta Casa. Comentava há pouco com o Senador Jarbas Passarinho que as sessões mais importantes desta Casa estão ocorrendo às sextas-feiras, exatamente um dia em que o plenário não tem a força e o vigor dos dias da semana, que são os dias que medeiam a semana. Ouço sempre V. Exª com muito respeito e vejo que o eminente representante de Minas Gerais está num momento esplêndido de sua vida pública, inteiramente independente nas suas idéias, sem qualquer capricho eleitoral atrelando as suas palavras aos seus gestos. V. Exª, neste momento, está dando uma demonstração de um político inteiramente consciente da realidade brasileira e muito mais ainda do papel histórico que todos nós temos em uma hora que está sendo bastante madrastra para o nosso País. Há tantos pontos importantes, sérios e profundamente verdadeiros no seu discurso, que é até difícil apartear-lo. Pretendo apenas fazer duas ou três proposições, porque me sentiria intimamente em regime de omissão se não o fizesse. Considero o seu discurso de hoje para ser lido e meditado em toda a profundidade, principalmente no que diz respeito ao comportamento do PT. Não sou radical. Tenho

verdadeiro pavor àqueles que são radicais de direita ou de esquerda. Hoje o homem moderno, dentro da política moderna, tem de estabelecer o equilíbrio das suas idéias e do seu comportamento. Mas, na verdade, desde o primeiro momento, quando se iniciou esta batalha da política salarial, que tivemos a felicidade de ter o Senador Beni Veras como seu Relator, e S. Ex^a hoje é um colega que demonstra sua sinceridade através dos seus exemplos, da sua luta, da sua participação. De repente, uma toada que teve início dentro do PT consegue dominar o bom senso; de repente, o relatório do Senador Beni Veras referente à política salarial sugerida pelo Deputado Paulo Paim desaparece como se não fosse uma peça de consistência e de realidade consoante com a política econômica brasileira. Como bem disse V. Ex^a, na política há pessoas que partem da premissa do "quanto pior, melhor". Nesse aspecto, o PT, mediante inúmeras passagens, está timbrando neste pronunciamento. Uma dessas passagens, a qual não pode deixar de ser rebatida por mim, neste instante, refere-se ao que foi dito pelo Presidente Nacional do Partido, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, em relação ao nobre Senador Esperidião Amin. S. Ex^a está muito consciente da sua realidade, pois está tentando desmistificar um comportamento que, aparentemente, aos olhos do povo, é positivo, mas é lesivo à Nação. Um exemplo é o fato de alguns elementos preconizarem essa política salarial — digamos — incompatível com a nossa realidade econômica. Estes não querem o bem-estar do País. Ontem, o Senador Eduardo Suplicy leu, nesta Casa, uma certidão alusiva ao atual Governador de Santa Catarina, Vilson Kleinubing, que não acrescenta nada em relação ao Senador Esperidião Amin, como governante daquele Estado — um grande governante, diga-se de passagem. Prova disso é que, hoje, nas pesquisas de opinião pública, o Senador Esperidião Amin assume posição de liderança em relação à candidatura para o Governo de Santa Catarina. Ainda assim, o Presidente do PT declara aos jornais, de maneira quase enfática, que o Sr. Esperidião Amin cometeu atos atentatórios à dignidade do Sr. Vilson Kleinubing, estabelecendo um sistema de espionagem acerca da sua pessoa. Pode parecer, segundo a afirmativa do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que o Senador Esperidião Amin fez algo de muito grave em relação ao Sr. Vilson Kleinubing. Quem assistiu, ontem, ao aparte do Senador Eduardo Suplicy e teve a oportunidade de tomar conhecimento de todo o texto da "informação" referente ao Sr. Governador do Estado de Santa Catarina sabe que o Presidente do PT mentiu, hoje, na imprensa. Mesmo assim, esse tipo de comportamento que vai lançando ao ar meias verdades prospera. E amanhã, dentro dessa clareza de luta do Senador Esperidião Amin, pode ser-lhe atribuída, em virtude da reação do PT/CUT, a pecha de líder da espionagem. Sabemos que, na verdade, o líder da espionagem...

O SR. RONAN TITO — Quem é o líder da espionagem neste País?! Ora, pelo amor de Deus...

O Sr. Elcio Alves — Trata-se, portanto, de um gesto de habilidade do PT. O discurso de V. Ex^a — repito — deve ser objeto de meditação, de reflexão. O Senador Gilberto Miranda, em aparte a V. Ex^a, fez uma afirmação que, a meu ver, é muito importante. Disse S. Ex^a que infelizmente o Presidente Itamar Franco não está querendo dividir com o Congresso brasileiro as responsabilidades graves de comandar a União, de comandar o País, neste momento. A falta de diálogo assusta. O Presidente da República não está, de maneira nenhuma, cultivando a prática do diálogo. Nessa hora, brasileiros

como V. Ex^a, que têm comportamento irretocável, podem dar relevante colaboração ao Governo. Tenho, nesta Casa, apoiado o Governo Itamar Franco, porque sinto a necessidade de estarmos unidos em favor do País.

O SR. RONAN TITO — Claro!

O Sr. Elcio Alves — É a tese de V. Ex^a: temos que somar para construir um País forte, e não admitir o "Estado — espetáculo". Infelizmente, vivemos a realidade do "Estado — espetáculo", onde o PT arma situações para vender uma falsa imagem ao povo brasileiro. Gostaria de alongar-me nesta intervenção, mas curvo-me a uma advertência do nobre Senador Jarbas Passarinho no sentido de que a Mesa tem sido muito concessiva em relação aos apertes prolongados. Senador Ronan Tito, V. Ex^a — repito — constituiu uma oração muito séria, digna da maior reflexão. Aproveito a oportunidade para fazer-lhe um convite: retorne mais vezes à tribuna desta Casa. A palavra de V. Ex^a, neste momento, é importante para o Senado da República, uma vez que seus conceitos, sua posição, sua verticalidade de comportamento, nobre Senador Ronan Tito, honra sobremaneira a todos os seus colegas que, neste momento, através do meu aparte, expressam um preito de grande admiração.

O SR. RONAN TITO — Muito obrigado a V. Ex^a, nobre Senador Elcio Alves.

Eu poderia repetir o que falei em relação ao nobre Senador João Calmon. Fiz questão de dizer e registrar nos Anais do Senado Federal a postura brilhante, serena, mas firme, de V. Ex^a. Penso que os juristas e os políticos deste País, no momento em que V. Ex^a falava em nome do PFL, por ocasião do julgamento do Presidente da República, reconheceram que V. Ex^a elevou às alturas a consciência jurídica brasileira. Sou um admirador de V. Ex^a, não faço mistério disso. Por essa razão, envaidecem-me as referências elogiosas que fez às minhas desprezíveis palavras. Digo com toda sinceridade: essa posição de tranquilidade me comprime. Tenho medo de estourar, porque há muito venho me contendo. Em nome de quê, Senador? Em nome do "vamos-acalmar-um-pouco-para-ver-se-dá-certo". V. Ex^a pôde acompanhar os apertes e testemunhou que o Senador João Calmon e outros Senadores, inclusive este orador, estamos numa luta tremenda em relação à evasão fiscal. A diretoria da Receita, somada aos nossos pequenos esforços, logrou um aumento da arrecadação de 20%. Tudo isso foi descartado com essas medidas demagógicas, irresponsáveis e levianas. Como é que podemos pensar em ser útil? Sinto a inutilidade total da minha presença. O que adianta ir a uma CPI e brigar com todos os meus ex-colegas, os empresários deste País? Honra-me ter sido empresário; voltarei a sê-lo dentro de um ano. Gosto de fazer empresa, gosto de criar emprego, gosto de produzir, acho bom liderar um grupo empresarial. Desentendi-me com todos eles, fui às Federações das Indústrias, enfrentei seus Presidentes, assim como o fiz em relação às Associações Comerciais e à FEBRABAN. Conseguimos o intento, arrecadamos o dinheiro. Para quê? Para ampliar a inflação.

O Senador Jarbas Passarinho fez algumas citações de comunistas famosos. Eu gostaria de lembrá-lo o que disse Lênin por ocasião da Revolução Russa: "dê-me um pouco de inflação que eu derrubo qualquer governo". Será que não estamos entendendo que quem está fomentando a revolução quer derrubar o governo? Eu já entendi. O Presidente — parece-me — ainda não entendeu.

Ficam essas advertências mal-alinhavadas e o meu pedido de perdão ao Sr. Presidente por não ter respeitado a luz vermelha, indicativa do término do meu discurso.

Agradeço a todos pela atenção e pelos apertes.

Durante o discurso do Sr. Ronan Tio, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores é fato notório que, nos últimos tempos, a política mundial aponta suas preocupações para as áreas de livre comércio. A criação de áreas hemisféricas de livre comércio tem sido muito discutida, pois elas gerenciariam as decisões de todos os vários blocos econômicos de países.

O Mercado Comum Europeu ou a atual Comunidade Européia já se afigura como uma nação, que tende a se fortalecer a partir do momento em que for regido por uma só política econômica e assumir uma mesma moeda, o que ocorrerá a partir de 1994, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht. O Nafta (North American Free Trade Agreement) já está praticamente consolidado. O Mercosul, que une em bloco econômico os países do Cone Sul, está somente em dependência do Brasil, quanto a adentrá-lo ou não. A Asian Free Trade Area já se encontra em pleno desenvolvimento, apesar de ainda projeto.

As discussões mais acirradas no momento questionam a posição do Chile no Nafta ou no Mercosul, o relacionamento do Nafta como o Mercosul, por exemplo. A idéia de países unidos em blocos econômicos, que assumiram o comportamento econômico de um país só, já é algo aceito e firmado pela política mundial.

Em frente deste quadro, humildemente, pergunto: seria necessário discutir a aceitação, a fixação de pontes entre áreas de livre comércio? Essas seriam cidades onde os bens já são comercializados, ignorando as fronteiras políticas. Sabemos que o Brasil se tem mostrado interessado na promoção deste sistema de comércio internacional aberto.

Senhores, essas cidades, onde já se instituiu o comércio livre, seriam pontos em nossa caminhada rumo ao futuro mundial. Futuro esse que sabemos muito próximo, graças às discussões que acompanhamos na imprensa a respeito do Tratado de Maastricht.

Assim, adiantando-me a um futuro praticamente presente, apresentei à Casa o Projeto de Lei nº 13, em 12 de março de 1992, em que proponho a instituição da Superintendência das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima e Bonfim, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, autonomia administrativa e financeira que gerenciem a instalação, a operação e os serviços das Área de Livre Comércio criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Já em 1991, Sr. Presidente, prevíamos o acirramento da discussão político-econômica mundial, em torno das áreas hemisféricas de livre comércio, nas quais se englobam as áreas de livre comércio mais regionalizadas, com interesses comerciais próximos. Com o avanço das comunicações, desfizeram-se as fronteiras, sob o ponto de vista econômico. Daqui a pouco, o planeta todo sofrerá uma nova disposição de fronteiras, também em termos políticos.

Ainda em 1991, adiantávamos-nos aos projetos da IPZ (Iniciativa para as Américas) e da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), tentando incrementar a política de integração latino-americana, com esta mesma Lei nº 8.256 que deve ser questionada, agora.

No art. 11, a Lei nº 8.256 atribui a administração das áreas de livre comércio brasileiras à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), que deverá também promover e coordenar suas implantações e aplicar, subsidiariamente a legislação relativa ao regime aduaneiro de Manaus.

A despeito da notória experiência técnica da Suframa entendemos que será mais oportuna e proveitosa a criação de uma entidade autárquica que ocupe seu lugar, para as áreas de livre comércio brasileiras. Dessa maneira será garantido um gerenciamento mais eficaz e eficiente, com a instalação dessa autarquia. Ela estará mais atenta às peculiaridades locais das áreas em questão.

Essa entidade, proposta no Projeto de Lei nº 13, de 12 de março de 1992, será vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional e terá as mesmas atribuições e estrutura da Suframa, guardadas as devidas proporções.

Srs. Senadores, temos frente a nós a possibilidade de integração de nosso País a uma onda marcante do processo vivencial-econômico do mundo, não nos podemos ater a objeto de estudo legal ultrapassado pela realidade hodierna. É praticamente inconcebível que deixemos toda a região ao norte de nosso País desenvolver-se a passos lentos, enquanto a humanidade toda anda a jato. Integremos essa região ao mundo!

Por isso mesmo, Srs. Senadores, peço-lhes apoio ao Projeto de Lei nº 13, que merece ser concretizado em razão de seu objetivo atual e renovador dentro do quadro econômico brasileiro, principalmente, na situação tecnológica do mundo atual, em que uma vida é tão curta... E, ao mesmo tempo, tão longa...

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo processo de comunicação humana pressupõe a existência de três elementos básicos, indispensáveis à efetiva formação do circuito comunicacional: emissor, mensagem e receptor. Ao iniciar-se a ação comunicativa, o emissor codifica a mensagem e utiliza um canal para difundir-la, por meio de uma linguagem previamente determinada, para que chegue eficientemente ao receptor. Através, então, de uma configuração de signos escolhidos de modo a melhor atingir o objetivo de afetar o outro, o comunicador constrói o seu discurso, adequando às condições e circunstâncias de dado momento e provido dos meios que provoquem a reação do destinatário. Seleciona, assim, dentre a emissão de sons, articulações linguísticas, signos mímicos, visuais, icônicos e táteis, além de odores e sabores, aqueles que estimulem conforme o caso, os sentidos da audição, visão, tato, olfato e paladar, e que lhes sejam perceptíveis.

No outro extremo do circuito da comunicação, o receptor capta, decodifica e reage à mensagem emitida, em resposta ao estímulo de seus órgãos sensoriais e sistema neuropsíquico, completando-se, assim, a ação comunicativa. A ausência de um desses elementos, quer por impropriedade na escolha do código, pela existência de ruídos no canal utilizado ou pela

falta de capacidade física do emissor ou do receptor, impede um processo de comunicação exato e preciso.

O processo comunicativo, entretanto, nem sempre é bilateral ou interpessoal; o emissor pode ser uma instituição, o receptor, um grupo anônimo, heterogêneo e disperso. É o que ocorre na comunicação de massa, onde a mensagem é transmitida à audiência através de canais mecânicos e/ou eletrônicos, numa relação indireta, sem contato físico e sem que se estabeleça um diálogo imediatamente reativo. O emissor não tem pleno conhecimento de que sua mensagem foi propriamente recebida.

Meio massivo hegemônico, a televisão utiliza-se, para a transmissão de sua mensagem, da emissão de signos sonoros, icônicos e visuais perceptíveis pela audição e pela visão. Embora a imagem configure sua característica definidora, o verbal a complementa, atuando como âncora da narrativa visual. Também neste processo de comunicação temos um emissor que transmite uma mensagem a um receptor através de um canal determinado. Também esse processo exige condições mínimas, materiais, físicas e mentais para que se complete de maneira eficaz. As perfeitas captação e decodificação da mensagem audiovisual emitida pela televisão exigem uma perfeita percepção em níveis auditivo e visual por parte do destinatário. Os deficientes físicos sensoriais recebem, por conseguinte, uma mensagem incompleta, distorcida, deformada. Sem o domínio pleno de seus órgãos do sentido, de seus aparelhos auditivos e/ou visuais, os deficientes "vêm" ou "ouvem" TV, percebendo apenas uma das dimensões inalienáveis do veículo. Adequam-se a esta situação, buscando a informação, o entretenimento, a educação em outros veículos, como o rádio e o jornal, mais afeitos a suas condições físicas.

A televisão pode ser considerada um meio sintético, vez que utiliza linguagens do rádio, do jornal, do cinema, do teatro, da fotografia. A instantaneidade, a agilidade com que traz o real ao telespectador enseja, embora possa argumentar-se, de maneira não ideal, a disseminação do conhecimento, a informação sobre o outro, sobre diferentes modos de viver e de pensar. O mundo invade a intimidade de seu lar, num desfile hipnotizador de sons e imagens. Além disso, em uma sociedade como a brasileira, onde a imensa maioria dos cidadãos não tem acesso a outras formas de cultura como cinema, espetáculos musicais, exposições de arte ou livros, a televisão constitui-se praticamente na única forma de lazer e informação possível. A média de consumo do espetáculo televisivo por habitante já chega a mais de quatro horas por dia no País, que abriga 40 milhões de aparelhos de televisão em 28 milhões de domicílios. Por isso mesmo, a indústria cultural brasileira gira em torno da televisão. Embora o rádio ainda seja o meio de comunicação de maior penetração, presente em 85% dos domicílios, a televisão domina amplamente a verba publicitária, firmando-se como o mais influente e mais eficiente veículo de venda de bens, serviços, idéias e ideologias.

Deduz-se dessa realidade que qualquer indivíduo que não tenha acesso ao espetáculo televisivo, qualquer que seja a natureza do impedimento, vê-se excluído de um processo abrangente e dominante, e acaba por tornar-se um pária em uma sociedade regida pela comunicação de massa.

Louváveis, portanto, são as iniciativas que concebem formas alternativas de integrar tais indivíduos ao mundo da comunicação televisual. Temos tido, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadores, a subida satisfação de assistir todas as noites, às 20 horas, através da TV Nacional, canal 2, de Brasília, ao

Jornal Visual, iniciativa pioneira e elogiável na busca da integração do deficiente à sociedade. Mantendo o formato tradicional dos outros telejornais, o **Jornal Visual** oferece ao telespectador portador de deficiência auditiva, no canto do vídeo, a tradução simultânea, por meio do alfabeto dos surdos, de toda a narrativa das imagens mostradas na tela.

Trata-se, sem dúvida, de contribuição incomensurável à luta dos deficientes auditivos por sua emancipação e participação na comunidade. Impedidos de acompanhar os telejornais diários e, portanto, privados da agilidade da veiculação da notícia propiciada pela televisão, tais cidadãos ficam restritos à leitura dos jornais e revistas impressos, com tiragem reduzida e nem sempre financeiramente acessíveis. Vêm-se obrigados, conseqüentemente, a aguardar pelos jornais do dia seguinte, quando a velocidade dos acontecimentos no mundo contemporâneo demanda o instantâneo conhecimento dos fatos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a informação insere-se, na sociedade moderna, como um direito a ser conquistado, uma exigência da sociedade. Devemos, pois, apoiar todas as iniciativas que garantam a igualdade na oportunidade de acesso à informação. Por outro lado, nossa Constituição torna obrigatória a reabilitação e a integração social dos deficientes, privilegiando-os mesmo, no acesso ao serviço público. O País deve exigir, portanto, dos responsáveis pelas grandes emissoras nacionais de televisão, concessionárias de bens públicos e de seus órgãos de classe, que sigam o exemplo da TV Nacional e que prestem esse serviço à comunidade dos deficientes auditivos.

A democracia, Senhoras e Senhores, significa o reconhecimento do outro, pede a igualdade de oportunidades. A democracia não admite excluídos da cidadania. Congratulamo-nos, pois, com a direção da TV Nacional pela aguda percepção dos problemas dos deficientes auditivos e pela criativa opção que lhes vem oferecendo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é ainda o registro de eventos e mensagens chegadas ao meu gabinete no período do recesso parlamentar que motiva o meu retorno a esta tribuna.

Quero referir-me, em primeiro lugar, ao ofício subscrito pelo Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, professor associado de Ciências Políticas e diretor do Núcleo de Estudos da Violência — da Universidade de São Paulo (USP) — anexos ao qual nos foram enviados um artigo de sua autoria sobre projeto de lei de inspiração dos Deputados Hélio Bicudo e Cunha Bueno, restaurando a competência da justiça civil para o julgamento de crimes cometidos por policiais militares, bem assim como um relatório produzido pelo citado núcleo intitulado "Violência Policial Urbana no Brasil".

A propósito de tais publicações, que versam temática tão momentosa, não será ocioso dizer o quanto deva ser valorizada toda e qualquer contribuição voltada para o propósito de identificar as causas e os agentes da violência urbana, a fim de neutralizá-los e de estancar seus deploráveis efeitos.

Sublinhando o apreço que dedico às manifestações oriundas de meu Estado, desejo, também, comentar duas importantes mensagens recebidas da Câmara Municipal de Guajará-Mirim.

Na primeira, subscrita pelo Presidente da Casa, Vereador Francisco Bartolomeu Almeida, sou cientificado de que a egrégia Câmara Municipal de Guajará-Mirim, "profundamente gratificada pela consolidação da "área de livre comércio de Guajará-Mirim", aprovou moção de louvor por minha participação e por minha luta para que esse evento se tornasse realidade. Fica aqui consignado o meu desvanecimento por tão honrosa distinção, assim como o meu sincero agradecimento aos autores e votantes da moção aqui comentada.

Na segunda mensagem, o Vereador Dídimo Graciliano de Oliveira solicita meu apoio em favor de um elenco de reivindicações da municipalidade de Guajará-Mirim que passo a enumerar:

- implantação de uma extensão da FARO em Rondônia;
- implantação de núcleos de coordenação e administração dos trabalhos agropecuários do município;
- implantação de agroindústrias de pequeno porte para revitalizar a economia municipal;
- implantação, no distrito de Iata, de uma escola técnica agropecuária, para atendimento preferencial dos meninos de rua;
- conclusão do asfaltamento da BR-425 no trecho Nova Mamoré/Araras (55 km);
- implantação de um posto telefônico no distrito de Surpresa, que beneficiará 4 mil moradores da região.

Ao registrar essas reivindicações, que podem parecer demasiadamente modestas em outros horizontes regionais, mas que

para Guajará-Mirim são de vital importância, cabe-me reafirmar ao ilustre Vereador Dídimo Graciliano de Oliveira, que empenharei o melhor de meus esforços para que todos esses reclamos da briosa e dinâmica municipalidade de Guajará-Mirim logrem sensibilizar as autoridades competentes e possam, por conseguinte, ser atendidos o mais breve possível.

São esses, Sr. Presidente, os registros que desejava fazer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Odacir Soares, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência lembra aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados Federais que o Congresso Nacional está convocado para reunir-se às 14h30min, extraordinariamente, a fim de tratar de assunto da maior importância.

— Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às doze horas, destinada à apreciação das seguintes matérias:

- Redação final do Decreto Legislativo nº 18, de 1992;
- e
- Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 40 minutos.)

Ata da 164ª Sessão, em 18 de agosto de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 21 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Aluizio Bezerra _ Álvaro Pacheco _ Amir Lando _ Antonio Mariz _ Áureo Mello _ Bello Parga _ Beni Veras _ Carlos Antonio De'Carli _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Darcy Ribeiro _ Dario Pereira _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Surnagy _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Eva Blay _ Flaviano Melo _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _

José Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ José Sarney _ Júlio Campos _ Júnia Marise _ Jutahy Magalhães _ Juvêncio Dias _ Lavoisier Maia _ Levy Dias _ Lourenberg Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ Luiz Alberto Oliveira _ Magno Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Márcio Lacerda _ Marco Maciel _ Mário Covas _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão _ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney Maranhão _ Odacir Soares _ Onofre Quinan _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha Derzi _ Raimundo Lira _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo _ Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência vai retirar da Ordem do Dia o Item 1 — Projeto de

Lei da Câmara dos Deputados nº 156, de 1992, que se relaciona com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, para que a sua tramitação continue a partir da sessão ordinária de amanhã.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer — já é do conhecimento público — que o Deputado Jamil Haddad, Ministro da Saúde do atual Governo, colocou seu cargo à disposição do Presidente da República e pediu exoneração por razões políticas, devido à posição da sua bancada na votação de hoje. Portanto, neste momento, quero aproveitar para lamentar esse episódio.

Tenho a satisfação de ser amigo do Dr. Jamil Haddad, que, hoje, mais uma vez, deu uma demonstração do seu caráter. Por isso, só tenho aplausos para esse nosso ex-Colega, ex-Senador, companheiro da melhor qualidade, como ser humano, como político, pessoa de diálogo fácil, merecedor de todo o respeito desta Casa e de todos que com S. Exª conviveram. É sempre uma alegria, no momento em que uma pessoa deixa um cargo, poder merecer palavras de solidariedade, como faço, agora, referindo-me ao Deputado Jamil Haddad. Quando as pessoas vão ocupar posições, de destaque, os aplausos e as moções de solidariedade são fáceis, sendo que os aplausos se antecipam à ação daquele executivo que vai ocupar o cargo. No momento em que ele sai, poucas vezes as homenagens são feitas. Mas este é meu jeito de ser, e eu, francamente, senti-me comovido quando soube da atitude do Deputado Jamil Haddad.

Penso que S. Exª fez uma administração da melhor qualidade à frente do Ministério da Saúde, não apenas por sua ação política. S. Exª firmou ainda mais o seu conceito, digno da admiração de todos nós, acredito, pelo trabalho que executou, tanto política quanto administrativamente.

Talvez eu esteja me antecipando, mas como tive oportunidade de conversar pessoalmente, hoje, com o Deputado Jamil Haddad, posso fazer esta manifestação.

O Sr. Gerson Camata — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Gerson Camata — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª registra um momento feliz da política brasileira, informando o Plenário do Senado sobre as circunstâncias que cercaram a saída do Ministro Jamil Haddad do Governo. Nós nos acostumamos ao convívio do nosso Colega, atualmente Deputado, e outra atitude não esperávamos de S. Exª. Para integrar o Governo do Presidente Itamar Franco é necessário dignidade, já que este Governo está tentando recolocar o País no caminho da dignidade esperada dos administradores públicos. O Ministro Jamil Haddad talvez tenha saído mais dignificado do que entrou. Diante da posição do seu Partido, entregue o cargo ao Presidente da República e cessa sua luta — que, sei, vai continuar no Parlamento — na tentativa de enquadrar os laboratórios brasileiros e a indústria farmacêutica brasileira. Observamos, à frente do Ministério da Saúde, neste período, um médico preocupado com a saúde do povo, percorrendo postos de saúde e hospitais, brigando pela saúde daqueles que precisam de medicamentos de uso permanente. Em outras palavras, foi um Ministro questionador, lutador, guerreiro, que sai com sua dignidade intacta. Sabendo das dificuldades decorrentes da posição do Partido, entrega o cargo com a

mesma dignidade com a qual o assumiu. Foi bom ter sido companheiro, no Parlamento, de um político capaz dessa altivez nos seus gestos e coragem no seu comportamento e nas suas ações. V. Exª, ao fazer esse registro, presta, ao Parlamentar e ex-Ministro, uma homenagem que transcende a figura de S. Exª, indo atingir todos os homens que se comportam com semelhante dignidade.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço o aparte de V. Exª, Senador Gerson Camata. Eu poderia encerrar minhas palavras, neste momento, aproveitando o aparte de V. Exª como fecho do meu pronunciamento.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Jutahy Magalhães, permita associar-me a V. Exª no conteúdo do pronunciamento que faz a respeito do Deputado Jamil Haddad. Demonstra V. Exª que o Ministro é um homem digno, entregando o cargo quando seu Partido, de público, declara que não apóia as ações do Governo. Isso nos orgulha, nós que privamos da amizade do Ministro Jamil Haddad. Gostaria de associar-me ao pronunciamento de V. Exª no que diz respeito à pessoa do nosso prezado amigo Jamil Haddad.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço, também, o aparte de V. Exª, Senador Ronaldo Aragão. Lembro-me perfeitamente, quando o nosso companheiro Jamil Haddad foi escolhido para o Ministério da Saúde, de ouvir muitos fazerem comparações entre ele e o ex-Ministro Adib Jatene, sem dúvida uma figura admirável, um extraordinário cirurgião. Mas o Jamil, com humildade, simplicidade, pertinácia, coragem, foi demonstrando, através de seus atos, o que era possível fazer no Ministério da Saúde, sabendo enfrentar dificuldades como a falta de recursos e a luta com os laboratórios.

Consegui implantar o SUS em vários municípios, nos diversos os Estados, enfrentando as dificuldades decorrentes dessa descentralização. Com a simplicidade que lhe é peculiar, o jogador de basquete do Flamengo, o médico do Estado no Rio de Janeiro, conseguiu envolver nessa luta todo Ministério. Formou uma equipe que trabalhava diuturnamente em busca de soluções.

Estamos atravessando uma fase, neste País, em que a Administração Pública se encontra sucateada. Em qualquer setor, há inúmeras dificuldades a serem enfrentadas para se conseguir dar algum passo significativo. São tantas as dificuldades, que o pouco que se pode fazer — porque não se pode fazer muito — quase que se dilui no total. Praticamente não é possível ver o que está sendo realizado nesta Administração, nos diversos Ministérios.

A situação está muito ruim. Fala-se em atender hospitais, aumentar leitos, diminuir o índice de mortalidade nos hospitais por infecção hospitalar, construir casas, obras de saneamento, reconstruir estradas totalmente destruídas. E isso é pouco, diante do muito que se faz necessário. Mas é preciso enfrentar a realidade.

Hoje, o Congresso demonstrou que pode dar o apoio necessário para que se criem condições de retomarmos os investimentos que o País perdeu. Está tudo sucateado na Administração Pública. Em alguns setores, propositadamente, para permitir as falcaturas do Governo passado, destruiu-se o que existia de bom, retiraram os bons funcionários, aqueles

que podiam criar obstáculos para fazerem o que fizeram. Hoje, estamos tentando reconstruir tudo novamente, passo a passo. É necessário que haja coragem de enfrentar essas dificuldades e fazer o possível, mesmo que pareça pouco, diante do muito que se faz necessário.

O Sr. Magno Bacelar — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Inicialmente, queria felicitá-lo pela nobreza do gesto de saudar e homenagear um Ministro que sai do Governo. Concordo com V. Ex^a: muitas lutas têm sido travadas. O Ministro Jamil Haddad enfrentou-as com muita dignidade. No momento em que este País precisa de exemplos, a fidelidade partidária do Ministro foi a maior das batalhas que teve de enfrentar. O Brasil, nobre Senador, no momento, precisa de gestos de dignidade, e esse exemplo do Ministro Jamil Haddad merece o nosso respeito, não só o meu mas também da Bancada do PDT, totalmente presente nesta Casa, agora, que me delegou poderes para cumprimentar o Ministro pela dignidade do gesto e pela firmeza com que esteve à frente da pasta, lutando contra grandes interesses de hospitais, o comércio das AIHs. Também o cumprimentamos pela sua luta municipalização, que consideramos salutar, capaz de diminuir os déficits que existem no Ministério, decorrentes das inúmeras fraudes e erros a que V. Ex^a está se referindo. Parabéns a V. Ex^a e ao Ministro pela dignidade com que sai do Governo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Tenho a certeza de que o ex-Ministro, Jamil Haddad, terá grande satisfação ao tomar conhecimento do aparte com que V. Ex^a me honrou. Nesta hora, S. Ex^a deu demonstração de dignidade e coragem. Pelas ligações pessoais que tem com o Presidente Itamar Franco, seria fácil manter-se no Ministério. Poderia ter deixado o Partido, já que este tomou posição contrária àquilo que estava pleiteando. Mas não, foi fiel ao partido. O nobre Deputado é socialista por convicção, luta pelas idéias que defende e delas não abre mão. Pelo que acabou de dizer-me por telefone, essas idéias permanecem firmemente no seu espírito. Portanto, só tenho que elogiar esse companheiro.

O Sr. Almir Gabriel — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel — Quero associar-me também às palavras de V. Ex^a, quando se refere à conduta do ex-Ministro da Saúde, Jamil Haddad. A meu ver, a atitude de S. Ex^a é exemplar, na medida em que, em face da aproximação que tem junto ao Presidente da República, preferiu manter a linha de coerência com o seu partido, inclusive para não dificultar as articulações políticas do Presidente da República dentro do Congresso Nacional. A par dessa questão da conduta, gostaria de ressaltar o extraordinário esforço que foi desenvolvido pelo Ministro Jamil Haddad, no sentido de implementar aquilo que tem a Constituição e a Lei Orgânica de Saúde para o Brasil, hoje. S. Ex^a conseguiu compor uma equipe séria, competente e dar passos significativos na direção do Sistema Único de Saúde e da municipalização de saúde. Creio mais que a grande virtude de S. Ex^a foi a de estabelecer normas, através das quais o País pôde, em um prazo relativa-

mente curto, implantar, de maneira correta, o Sistema Único de Saúde, com a municipalização de maneira também adequada. Lamento a saída de Jamil Haddad, mas não posso deixar de parabenizar a atitude absolutamente correta que teve. Espero que o Presidente Itamar Franco tome em conta um fato: a Saúde está tendo o sétimo ou oitavo Ministro em menos de seis anos. Significa dizer que nenhum deles conseguiu passar, em média, seis a oito meses na direção de um Ministério de extraordinária complexidade. Costumo dizer que, pelo fato mesmo de que a Saúde cuida desde a fase da concepção até depois da morte, o seu nível de complexidade é extraordinário. E, na própria medida em que perde a continuidade administrativa, essa perda tumultua todo o sistema. De outro lado, ao longo dos últimos anos, o que vimos foi uma redução progressiva dos recursos destinados ao setor Saúde: já esteve próximo de US\$ 14 bilhões; este ano deve se situar em torno de US\$ 7,9 a 8,5 bilhões; e parece-me que a proposta orçamentária para o ano que vem reduz mais ainda esse volume de recursos para a área. De maneira que o apelo que gostaria de transmitir, através de V. Ex^a, ao Presidente Itamar Franco é no sentido de que Sua Excelência tome em conta as questões de transcendental importância ligadas ao setor e que, ao indicar um substituto para a área, escolha alguém que não partidatize o Ministério e que possa levar adiante aquilo que está determinado na Constituição brasileira, que, sem dúvida alguma, é um dos maiores avanços que se podem fazer no campo das políticas sociais, especialmente pela população carente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Almir Gabriel, pelo conhecimento que V. Ex^a tem dessa área, fico satisfeito com o testemunho que V. Ex^a acaba de dar a respeito da ação administrativa do ex-Ministro Jamil Haddad. Em virtude de suas preocupações com a saúde e do conhecimento que possui do setor, V. Ex^a tem melhores condições do que qualquer um de nós para perceber o perigo que ronda o Ministério da Saúde, que perde recursos essenciais, necessários para atender todo o Território nacional e lutar contra a miséria que a cada dia aumenta em quase todos os Estados, além das dificuldades com que qualquer Ministro, ao ser indicado para o cargo, se depara.

Senador Almir Gabriel, agradeço-lhe o aparte, com o qual encerro meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, de nota publicada na primeira página do Diário de Pernambuco, cuja manchete é a seguinte:

“CPI da Câmara inocenta Jarbas Vasconcelos de envolvimento no “esquema QG.”

E, em outra página:

“O Vereador José Neves, do PDT, no seu relatório, inocenta Jarbas Vasconcelos de envolvimento no chamado “caixa 2 do esquema QG”.

“As denúncias contra o Prefeito partiram da ex-tesoureira da Construtora Queiroz Galvão, Maria de Fátima Nascimento, que acusou políticos de receberem propinas da empresa em troca de benefícios. Após cem

dias de investigações, a CPI não encontrou provas contra Jarbas. Na conclusão do relatório, que já foi votado, Neves afirma que o Prefeito foi vítima de calúnias."

Sr. Presidente, Pernambuco inteiro se vangloria desse episódio.

Jarbas Vasconcelos, Presidente do PMDB e Prefeito de Recife, é reconhecido por sua luta e seriedade no trato da coisa pública. Nas pesquisas nacionais, é considerado o prefeito de maior competência deste País. Entretanto, foi vítima de chantagem há mais de cem dias, juntamente com o Governador Joaquim Francisco.

Graças a Deus e em respeito à consciência do povo pernambucano, não se deixou envolver, em momento algum, nessa tentativa de chantagem. S. Ex^a, para orgulho de Pernambuco, é uma renomada figura nacional.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Estamos ouvindo o registro que V. Ex^a faz neste momento na reconstituição da verdade e no restabelecimento do direito à dignidade, à honra, direitos pessoais do Prefeito da cidade do Recife, Jarbas Vasconcelos. V. Ex^a está se reportando, com muito respeito, a um episódio que é importante. Afinal de contas, é costume ferir-se a dignidade do político e, quando isso não é apurado, resta a dúvida. V. Ex^a dá conta de uma apuração minudente, que durou 100 dias e que culmina por declarar a inocência do nosso companheiro de PMDB Jarbas Vasconcelos. V. Ex^a opera muito bem quando assim procede, sendo até de outro grêmio político, de outra filiação. Mas, pelo respeito que V. Ex^a tem a seu conterrâneo, usa da palavra, neste momento, nesta reunião extraordinária do Senado Federal. Quero louvar a postura de V. Ex^a, enquanto parabenizo, em nome do PMDB no Senado, o Prefeito Jarbas Vasconcelos, por ver o nome de S. Ex^a voltar à sua dignidade barbaramente atingida por denúncias sem procedência. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, Senador Cid Sabóia de Carvalho. V. Ex^a, ocupando a Liderança do Partido maior desta Casa, o PMDB, honra-nos com seu testemunho em relação a esse grande líder nacional, que é o Prefeito Jarbas Vasconcelos.

É com muito orgulho e satisfação, Sr. Presidente e caro Senador Cid Sabóia de Carvalho, que Pernambuco vê homens públicos como Jarbas Vasconcelos e Joaquim Francisco serem inocentados. Isso significa que temos que aproveitar o mais rápido possível para modificar a lei eleitoral, principalmente no que se refere ao financiamento de campanhas eleitorais, visando torná-la mais transparente, evitando assim que homens de bem como Jarbas Vasconcelos, Joaquim Francisco e tantos outros — também não posso deixar de citar o Deputado e ex-colega nosso, Luiz Piauhyllino, também envolvido nessa chantagem e contra quem também nada foi provado — sofram acusações levianas como essas.

O Sr. Marco Maciel — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel — Em brevíssimas palavras, nobre Senador Ney Maranhão, gostaria de externar minha total solidariedade a V. Ex^a pelas palavras que profere na noite de hoje. V. Ex^a que conhece como poucos a política de Pernambuco e é um dos seus mais ilustres integrantes sabe que o Prefeito Jarbas Vasconcelos e eu sempre militamos em Pernambuco em campos opostos, provenientes, inclusive, de filiações partidárias distintas. Mas isso não me impede, pelo contrário, até me dá mais autoridade, de dizer que todos aqueles que o conhecem sabem ser ele um homem probo, honrado, que tem se empenhado frente aos diferentes cargos públicos de maneira digna e correta. Por isso, as acusações que lhe foram feitas tiveram, desde o início, total rechaço de nossa parte. Quem conhece Jarbas Vasconcelos pode dele divergir política, doutrinária ou até ideologicamente, mas jamais poderá fazê-lo com relação à sua conduta de homem público, que, aliás, honra as tradições do Estado, que tem oferecido à nossa região e ao País políticos que se caracterizam não somente pela sua honradez, mas também, como consequência disso, pela total proibição no exercício das funções públicas. Quero dizer a V. Ex^a, neste meu breve aparte, da minha solidariedade às palavras que V. Ex^a profere a respeito e dispense-me de fazer quase a mesma consideração com relação ao Governador Joaquim Francisco, porque a ele ligam-me, além dos sentimentos partidários, sentimentos de amizade e, como V. Ex^a citou, são homens públicos honrados, que de alguma forma ornaram a política pernambucana e também a política brasileira e, por isso, merecem nossa solidariedade. Penso que a conclusão da CPI a que V. Ex^a se reporta nada mais expressou do que a verdade. De alguma forma, isso ajuda a repor os fatos na sua exata expressão. Felicito V. Ex^a pela oportunidade do discurso e aproveito a ocasião para com ele solidarizar-me integralmente.

O SR. NEY MARANHÃO — Muito obrigado, nobre Senador Marco Maciel.

V. Ex^a, como uma das expressões maiores da política pernambucana, respeitado pela sua competência como ex-Governador e Senador reeleito, mostra por que seus correligionários e o povo pernambucano sempre confiaram em V. Ex^a. O seu aparte, por ser justo, é muito importante. V. Ex^a e o Prefeito Jarbas Vasconcelos sempre foram adversários mas, tenho certeza, respeitam-se e admiram-se.

Quero encerrar as minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que quem ganhou com tudo isso foi a classe política, o povo brasileiro, a representação de Pernambuco, por esses dois homens públicos, que honram qualquer cargo que ocupem no cenário nacional.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

CPI DA CÂMARA INOCENTA JARBAS DE ENVOLVIMENTO NO "ESQUEMA QG"

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal do Recife vota hoje o relatório final do vereador José Neves (PDT), que inocenta o prefeito Jarbas Vasconcelos das acusações de envolvimento no chamado "caixa 2 do esquema QG". As denúncias contra o prefeito partiram da ex-tesoureira da construtora Queiroz Galvão, Maria de Fátima Nascimento, que acusou políticos de receberem propina da empresa em troca de benefícios. Após cem dias de investigações, a

CPI não encontrou provas contra Jarbas. Na conclusão do relatório, Neves afirma que o prefeito foi vítima de "calúnias".

CPI DA CÂMARA INOCENTA JARBAS

Relatório de José Neves será votado hoje

A CPI do "caixa 2", instalada na Câmara Municipal do Recife para apurar denúncias de envolvimento do prefeito Jarbas Vasconcelos (PMDB) no "esquema Queiroz Galvão", vota, hoje, o parecer final do relator, vereador José Neves (PDT). Após 100 dias de investigações, a comissão inocentou Jarbas. Segundo Neves, os indícios de chantagem, extorsão e existência de caixa dois, serão encaminhados ao Ministério Público e Receita Federal, para ser investigados.

As acusações contra o prefeito do Recife foram feitas pela ex-tesoureira da Construtora Queiroz Galvão, Maria de Fátima Costa do Nascimento, em março passado, durante uma questão trabalhista. De acordo com as denúncias, Jarbas Vasconcelos teria recebido, em julho de 1992, Cr\$93.932.500, para fazer lobby junto ao Governo Federal e viabilizar parcelas devidas à empresa, por conta de serviços no Sistema Jussara, em Vitória de Santo Antão. Além de Jarbas, Fátima Costa acusou o Governador Joaquim Francisco, Deputado Luís Piauhyllino (PSB), Geraldo Nabuco e José Carlos Machado — estes dois últimos de Sergipe.

Ontem, José Neves entregou cópia do relatório de 39 páginas aos integrantes da CPI, para ser analisado e votado às 14h de hoje, no Salão Nobre da Câmara. Sendo aprovado, será apresentado em plenário, aos demais vereadores. O relator do processo afirmou que depois de ouvir dez testemunhas, analisar mais de 60 documentos, que juntos formam 496 páginas, concluiu que "as acusações contra Jarbas Vasconcelos são improcedentes. Não há qualquer prova de seu envolvimento no caso QG". De acordo com o vereador, a única prova apresentada por Maria de Fátima foi um memorando da Queiroz Galvão, liberando os quase Cr\$94 milhões com as iniciais JARVAS. Entretanto, a ex-tesoureira disse em depoimento não ter certeza se o prefeito recebeu o dinheiro.

Na conclusão do parecer Neves afirmou que o prefeito foi vítima de calúnia e difamação, proclamando a improcedência das denúncias, "irresponsavelmente formuladas". Para o relator, como a função da CPI era apenas investigar as denúncias contra Jarbas Vasconcelos, o trabalho encerrou, ficando a cargo do Ministério Público, Polícia Federal e Receita Federal a investigação dos principais indícios encontrados pelos vereadores, como chantagem, extorsão e enriquecimento fácil e inexplicável, envolvendo Maria de Fátima e seus ex-advogados Alexandre Pessoa de Mello e Eudes Teixeira.

Quanto à existência de "caixa 2" na Queiroz Galvão para financiar políticos, o relator disse que foram encontrados indícios, mas a Câmara não tem competência para investigar a procedência das acusações. O material recolhido será encaminhado à Receita Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se

à

ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens retirados da pauta:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c,
do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992 (nº 1.670/89, na Casa de origem), que dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e às Emendas nº 2, 4 e 10, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nº 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 243, DE 1991
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c,
do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 268, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo

— Pareceres sob nº 500, de 1992, e 173, de 1993, das Comissões

— Diretora, oferecendo a redação do vencido; e

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nº 2, 4 e 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nº 11 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 1991
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c,
do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 243, de 1991, 6 e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1991, de autoria do Senador Dirceu Carneiro, que revigora os arts. 72, 75, 76 e 77 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), que dispõe sobre perda do mandato por infidelidade partidária, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nº 2, 4 e 10, nos termos da Emenda nº 1 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nº 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 1992
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c,
do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, e 130, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senador nº 6, de 1992, de autoria do Senador Odacir Soares, que introduz alterações na legislação eleitoral, e dá outras providências, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nº 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nº 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 1992
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, e 6, de 1992)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o financiamento dos Partidos Políticos, e dá outras providências, tendo

— Parecer sob nº 173, de 1993, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992, e as Emendas nº 2, 4 a 10, nos termos da Emenda nº 11 — CCJ (Substitutiva) que oferece; pela rejeição das Emendas nº 1 e 3; e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nº 243 e 268, de 1991, 6 e 130, de 1992, que tramitam em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se ao Item 6:

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nº 24, de 1992, e 171, de 1993, das Comissões

— **Temporária**, designada para analisar a matéria, favorável; e

— de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com Emenda de redação que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 363, do Regimento Interno, a proposta foi incluída em Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, durante três sessões ordinárias, oportunidade em que poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito da matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro, a discussão.

A Presidência deixa de submeter a matéria à votação, em face de dispositivo regimental que exige que haja três sessões para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 12 horas, lembrando aos Srs. Senadores que há, em curso na Casa, com assinatura dos Srs. Líderes à frente, um requeri-

mento de urgência urgentíssima para viabilizar a votação dessa matéria amanhã.

Estamos marcando este horário porque, às 11 horas, haverá uma sessão do Congresso Nacional, que não deverá ser demorada e, em seguida, far-se-á essa sessão do Senado Federal.

O Sr. Marco Maciel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, gostaria de saber qual será a Ordem do Dia dessa sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Será a redação final e justamente a Proposta de Emenda à Constituição, porque espera-se que, até lá, já se tenha um número suficiente para apreciação do requerimento de urgência urgentíssima que está em curso no Senado, subscrito, em primeiro lugar, pels Srs. Líderes.

O SR. MARCO MACIEL — Não teria, então, nenhuma outra matéria, a não ser a PEC?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Só essa matéria.

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Senador Mário Covas encaminhou à mesa requerimento, solicitando a realização de sessão especial comemorativa dos 100 anos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

O requerimento será lido na próxima sessão.

O Sr. Cid Saboia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CID SABOIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu gostaria de indagar, a respeito da pauta que teríamos nesta sessão extraordinária, sobre a continuidade dos trabalhos atinentes aos Partidos Políticos — o Projeto de Organização Partidária. Quando faremos a próxima reunião a respeito do Projeto de Lei de Organização Partidária?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Amanhã, na sessão ordinária, ele estará em pauta em regime de urgência, nobre Senador Cid Saboia de Carvalho.

O SR. CID SABOIA DE CARVALHO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a sessão, designando para a sessão extraordinária de amanhã, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1992

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer nº 247, de 1993) do

Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1992 (nº 25/91, na Câmara dos Deputados), que homologa ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adicional de papel-moeda no valor de seis bilhões, oitocentos e trinta e seis milhões de cruzados novos.

— 2 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 23, DE 1991

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1991 (nº 45/91, na Câmara dos Deputa-

dos), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nº 24, de 1992; e 171, de 1993, das Comissões:

— **Temporária**, designada para analisar a matéria, favorável; e

— **de Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com Emenda de redação que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 50 minutos.)

MESA**Presidente**

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PPR – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Lucídio Portella – PPR – PI

Beni Veras – PSDB – CE

Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

VICE-LÍDERES

Jutahy Magalhães

Elcio Álvares

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Antonio Mariz

Aluizio Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líderes

Almir Gabriel

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Vamir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Carlos De'Carli

Moisés Abrão

Affonso Camargo

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júnia Marise		Aureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	
		Fnéas Faria (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flaviano Melo
César Dias		Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ronan Tito

Ronakio Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST(*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Aureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Fnéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Álvaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

PSDB		PDS	
Mário Covas	Fernando H. Cardoso (*)	Jarbas Passarinho	Lucídio Portella
José Richa	Almir Gabriel	PSB + PT	
Beni Veras	Chagas Rodrigues	Vaga cedida para o PMDB (*).	
PTB		Vago	
Afonso Camargo	Lourenberg Nunes Rocha	Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos	
Valmir Campelo	Jonas Pinheiro	Ramais: 3496 e 3497	
Levy Dias	Marluce Pinto	Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas	
PDT		Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546	
Nelson Wedekin	Darcy Ribeiro	(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	
Lavoisier Maia	Pedro Teixeira		
PRN		COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI	
Júnia Marise	Vago	(23 Titulares e 23 Suplentes)	
Albano Franco	Ney Maranhão	Presidente: Júlio Campos	
PDC		Vice-Presidente: Mário Covas	
Moisés Abrão	Gerson Camata	Titulares	Suplentes
PDS		PMDB	
Esperidião Amin	Jarbas Passarinho	Flaviano Melo	Amir Lando
PT		Wilson Martins	César Dias
Eduardo Suplicy		Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho		Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Ramais: 3515/3516/4354/3341.		Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas		Divaldo Suruagy	Ronan Tito
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344		Ruy Bacelar	Antonio Mariz
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações		Gariibaldi Alves Filho	Humberto Lucena
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE		PFL	
(19 Titulares e 19 Suplentes)		Dario Pereira	Raimundo Lira
Presidente: Irapuan Costa Júnior		Henrique Almeida	Elcio Álvares
Vice-Presidente: Lourival Baptista		Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Titulares	Suplentes	Júlio Campos	Odacir Soares
PMDB		Hydekeli Freitas	Meira Filho
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz	PSDB	
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo	Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Nelson Carneiro	João Calmon	Mário Covas	Jutahy Magalhães
Pedro Simon	José Fogaça	Fernando H. Cardoso (*)	José Richa
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior	PTB	
Ronan Tito	Ruy Bacelar	Marluce Pinto	Levy Dias
Humberto Lucena (*)		Lourenberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)
PFL		PDT	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg	Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho	PRN	
Lourival Baptista	Raimundo Lira	Ney Maranhão	Áureo Mello
Alvaro Pacheco	Hydekeli Freitas	PDC	
PSDB		Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
José Richa	Jutahy Magalhães	PDS	
Chagas Rodrigues	Eva Blay	João França	Lucídio Portella
PTB		PSB + PT	
Jonas Pinheiro	Levy Dias	Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
Marluce Pinto	Valmir Campelo	PST	
PDT		Enéas Faria (*)	
Pedro Teixeira	Darcy Ribeiro	Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516	
PRN		Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas	
Albano Franco	Júnia Marise	Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286	
PDC		(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações	
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira		

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Lourenberg Nunes Rocha

Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares:

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garribaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Lourenberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 1.143.568,56

J. avulso Cr\$ 8.168,35

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.